UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

João Ricardo Melo Figueiredo

VARIAÇÃO E MUDANÇA NO USO DO SUJEITO DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR EM ORAÇÕES INFINITIVAS INICIADAS POR "PARA" NA FALA CARIOCA

RIO DE JANEIRO
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

João Ricardo Melo Figueiredo

VARIAÇÃO E MUDANÇA NO USO DO SUJEITO DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR EM ORAÇÕES INFINITIVAS INICIADAS POR "PARA" NA FALA CARIOCA

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Professora Doutora Helena Gryner.

Faculdade de Letras – UFRJ
1º semestre de 2007

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. *Variação e Mudança no Uso do Sujeito de Primeira Pessoa do Singular em Orações Infinitivas Iniciadas por "para" na Fala Carioca.* Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007, Dissertação de Mestrado em Lingüística

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Doutora Helena Gryner – UFRJ/Lingüística
Orientadora

_____

Professora Doutora Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva – UFRJ/Lingüística

_____

Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes – UFRJ/Letras Vernáculas

_____

Professora Doutora Christina Abreu Gomes - UFRJ/Lingüística

_____

Professora Doutora Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagorio - UFRJ/Letras Neolatinas

Defendida a dissertação:
Conceito:
Em: / /

À Angela, minha mãe, que me deu a oportunidade de estar aqui, dedico esta dissertação.

Não há nada mais gostoso do que o mim sujeito de verbo no infinitivo. Para mim brincar. As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática.
- As palavras mais feias da língua portuguesa são quiçá, alhures e miúde.

(BANDEIRA, Manuel. Seleta em prosa e verso. Org: Emanuel de Moraes. Rio de Janeiro: 4ª ed., 1988, Pág. 19)

AGRADECIMENTOS

- À Providência Divina, por esta existência e pela oportunidade que tenho de trilhar este caminho que tanto me apraz;

- À minha orientadora, Professora Helena Gryner, que esteve sempre ao meu lado, contribuindo de forma muito especial e inesquecível em minha formação acadêmica;

- À Professora Célia Regina Lopes, que tão prontamente me recebeu quando demonstrei interesse em analisar as amostras do Projeto NURC;

- À Professora Vera Paredes, que tanto me auxiliou com suas observações muito pertinentes;

- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ, que contribuíram para meu crescimento e engrandecimento intelectual;

- À minha amiga Sônia Monteiro, que foi grande companheira durante mais esta trajetória, sempre compartilhando todos os momentos felizes e sendo de grande ajuda nas durante as tormentas necessárias para o nosso crescimento moral;

- A Professora Maria Luiza Braga, que me apresentou a variação lingüística quando eu ainda estava na graduação;

- A Professora Maria da Glória de Souza Almeida, amiga e madrinha de casamento, que sempre esteve presente em minha caminhada: no desabrochar de minha juventude, contribuiu para que eu desse os primeiros passos na análise do nosso idioma, depois, em um momento mais maduro de meu ser, debatemos algumas questões lingüísticas e agora, com muita felicidade, tenho a honra de fazer parte de sua equipe de trabalho;

- Aos meus familiares, em especial Lilia, Tânia e Rita, por terem me educado e dado a oportunidade para que eu me tornasse acima de tudo uma pessoa íntegra, justa e consciente de meu papel na sociedade;

- A Eliana Leite Assis Figueiredo, meu grande amor, que esteve ao meu lado durante toda esta caminhada, me amparando nos momentos difíceis e me dando forças para que eu nunca desistisse.

- Ao meu grande amigo João Paulo Moreno Dias, que conscientemente, quando perguntado por mim se havia algum problema de eu levar nosso tema de lingüística IV para o mestrado, não criou uma única dificuldade, me dando força e contribuindo com a experiência pretérita adquirida.

MUITO OBRIGADO

SINOPSE

Estudo da variação e mudança entre o pronome *mim* e sua ausência como sujeito de orações infinitiva iniciadas por *para* (para *mim* fazer, para *Ø* fazer), com base nos princípio da Sociolingüística Variacionista Laboviana em dois *corpora* constituídos de entrevistas com informantes da cidade do Rio de Janeiro em um espaço de tempo de curta duração, identificando os fatores lingüísticos e sociais correlacionados a este fenômeno.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 12
2. OBJETO DE ESTUDO..... 14
2.1. A Construção *para + 1 PS + Infinitivo*..... 14
2.2. O Pronome Pessoal de 1ª Pessoa..... 15
2.3. O Sujeito..... 16
2.4. A Infinitiva..... 18
3. BREVE RESUMO HHISTÓRICO..... 20
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 24
4.1. A Gramática Tradicional..... 24
4.2. A Gramática Gerativa..... 26
4.3. A Sociolingüística..... 27
4.4. O Sociocognitivismo..... 30
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 32
5.1. A Teoria da Variação e Mudança..... 32
5.2. O Funcionalismo Lingüístico..... 37
5.3. Alguns conceitos Funcionalistas..... 39
6. METODOLOGIA UTILIZADA..... 41
6.1. Caracterização das Amostras e Obtenção dos Dados..... 41
6.2. Análise Quantitativa..... 44
7. ANÁLISE DOS DADOS..... 46
7.1. VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS..... 46
7.1.1. Função Sintática da Infinitiva..... 46
7.1.1.1. Orações Subjetivas..... 47
7.1.1.2. Orações Objetivas..... 49
7.1.1.3. Orações Finais..... 50
7.1.1.4. Orações Completivas Nominais..... 53
7.1.2. Paralelismo..... 57
7.1.3. Tipo de Texto..... 62
7.1.4. Modalidade..... 70

7.1.5. Co-Referência de Sujeitos..... 77
7.1.6. Natureza Semântica do Verbo da Principal 88
7.2. VARIÁVEIS SOCIAIS..... 95
7.2.1. Idade..... 95
7.2.2. Idade e Escolaridade..... 100
7.2.3. Escolaridade e Gênero/Sexo..... 105
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 108
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 112

QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

QUADROS:

QUADRO 1: Parâmetros de Transitividade, segundo Hopper e Thompson – p. 39

GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: Distribuição das variantes *mim*, *eu* e Ø na Amostra Censo e na Amostra Tendências em % - p. 42

GRÁFICO 2: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 96

GRÁFICO 3: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 98

GRÁFICO 4: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas – p. 99

GRÁFICO 5: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 101

GRÁFICO 6: Efeito de idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 103

GRÁFICO 7 : Efeito do cruzamento entre Escolaridade e Gênero sobre a variante *mim* – 00(C) – p. 105

TABELAS:

TABELA 1: Efeito da função sintática da infinitiva sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 54

TABELA 2: Efeito da Função Sintática da Oração Infinitiva sob a variante *mim* – 00(C) – p. 56

TABELA 3: Efeito da função sintática sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas – p. 57

TABELA 4: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 60

TABELA 5: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 61

TABELA 6: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas – p. 62

TABELA 7: Efeito do tipo de texto sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 69

TABELA 8: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 76

TABELA 9: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 76

TABELA 10: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas - p. 77

TABELA 11: Comparação do efeito da mudança de referência sobre sujeitos expressos em espanhol e em português, reproduzido de Paredes Silva (1988) – p. 78

TABELA 12: Efeito da mudança de referente sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 79

TABELA 13: Efeito da mudança de referente sujeito sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 79

TABELA 14: Efeito da conexão do discurso sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 81

TABELA 15: Efeito da conexão do discurso sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 81

TABELA 16: Efeito da co-referência de sujeitos sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas – p. 84

TABELA 17: Efeito dos critérios de desambiguação sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 87

TABELA 18: Efeito da Ambigüidade sobre a variante *mim* – 00(C) – p. 87

TABELA 19: Efeito da natureza semântica do verbo sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 94

TABELA 20: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 96

TABELA 21: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 98

TABELA 22: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas – p. 99

TABELA 23: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 80(C) – p. 101

TABELA 24: Efeito de idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 00(C) – p. 102

TABELA 25: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso de *mim* – em duas épocas – p. 104

TABELA 26 Efeito do cruzamento entre Escolaridade e Gênero sobre a variante *mim*- 00(C) – p. 105

FIGURAS:

Figura 1: Os tipos de processos de acordo com Halliday (1994).- p. 92

1. INTRODUÇÃO

O uso do pronome *mim* em posição de sujeito de infinitivo precedido de para, contrariando a norma gramatical, pode ser observado com freqüência na fala informal do Rio de Janeiro (para mim fazer e não para eu fazer, para mim comprar e não para eu comprar). Assim, vários lingüistas já se detiveram sobre este assunto. Por outro lado, como a forma de prestígio não ocorre em registros menos formais, a alternativa que se apresenta ao falante e, de fato o recurso mais utilizado, é anular a presença do sujeito (para Ø comprar).

Nesta dissertação, analisamos a variação entre o pronome *mim* e sua ausência na estrutura *para Primeira Pessoa do Singular Infinitivo (para 1PS Infinitivo)*. Utilizamos para isto duas amostras de fala do Projeto PEUL/UFRJ: Censo e Tendências.

Estudamos a variação em dois momentos da língua e analisamos a mudança lingüística que ocorre em um curto espaço de tempo: o período de vinte anos que separa os dois estágios da língua.

Partimos do princípio de que toda variação e mudança lingüística é ordenada e sistemática.

Esta dissertação apresenta-se assim organizada:

No capítulo 2 apresentamos o objeto de estudo, e tecemos considerações sobre o problema do sujeito na construção *para 1PS Infinitivo* e o papel de seus constituintes.

No capítulo 3 fazemos uma breve abordagem histórica, onde buscamos no latim indícios da origem do fenômeno em questão.

No capítulo 4 procedemos à revisão bibliográfica. Apresentamos primeiramente a visão dos gramáticos tradicionais e em seguida comentamos alguns trabalhos de lingüistas que já se detiveram sobre o uso de *mim* como sujeito de infinitivo.

No capítulo 5 abordamos a fundamentação teórica norteadora deste trabalho, os modelos da Teoria da Variação e Mudança e o Funcionalismo Lingüístico.

No capítulo 6 delineamos a metodologia utilizada, descrevendo as amostras utilizadas e o processo de análise quantitativa.

No capítulo 7 analisamos e interpretamos os resultados estatísticos das variáveis que se mostraram relevantes para a variação nos *corpora* extraídos das amostras. a) variáveis lingüísticas: função sintática da infinitiva, paralelismo, tipo de texto, modalidade, co-referência de sujeitos e natureza semântica do verbo da oração principal e b) variáveis sociais: idade, idade e escolaridade e escolaridade e gênero/sexo.

No capítulo 8 apresentamos as considerações finais, comentando os resultados mais relevantes da análise quantitativa, relacionando-os às hipóteses formuladas através dos grupos de fatores analisados, indicando ainda percursos futuros e aplicações.

2. OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo definimos o fenômeno variável e delimitamos o âmbito da pesquisa. Além disso, descrevemos os constituintes relevantes da construção em que ocorre a variação.

Esta dissertação analisa a variação entre *mim* e *zero* como sujeito de primeira pessoa do singular em orações infinitivas iniciadas por *para* (1) e (2).

> (1) Eu não conseguia [fazer] aí quem levava mais castigo era eu, porque um dia só para Ø (EU, MIM) fazer aquilo tudo, ainda tinha dever para Ø (EU, MIM) fazer, que eu estudo em duas escola, particular e pública, aí não dava para mim (EU, Ø) fazer tudo ao mesmo tempo. Aí eu faltava aula para mim- por isso que eu não passei para mim (EU, Ø) fazer esse dever todo. (C58)

> (2) Meu Deus! Tenho prova daqui a uma semana; tenho tanta coisa pra eu (mim, Ø) estudar! Vou ter que começar a estudar hoje, vou estudar então: de dez às onze pra o inglês, de onze às três pra matemática, de três. (T14)

As variantes encontradas são as formas *eu*, recomendada pela norma gramatical, *mim*, desprestigiada pela gramática e a ausência pronominal, dependente de que possamos depreender, a partir do contexto em análise, a referência à primeira pessoa do singular (cf. (1) e (2)).

2.1. A Construção *para + 1 PS + Infinitivo*

A construção *para mim fazer* tem sido alvo de atenção de diversos gramáticos e lingüistas nos últimos tempos. A gramática normativa afirma, mais uma vez arbitrariamente, que a forma *eu* é a única capaz de assumir a posição de sujeito desta construção, criticando ferozmente a presença do *mim* na mesma. Segundo Rocha Lima:

> São erros comuns dar forma oblíqua ao pronome sujeito de verbo no infinitivo: Para mim fazer (em vez de para eu fazer).

> (...) Fatos de linguagem coloquial menos cuidada, as construções do tipo para mim fazer... não se fixaram, contudo, na língua culta.
> (ROCHA LIMA, 1999: 318)

Existe um abismo entre a norma e o uso real da língua, pois, como foi comprovado, este uso é variável, ou seja, tanto o pronome *eu* quanto a forma *mim* pode ocupar a posição de sujeito em tal contexto, sem mencionar a ausência de qualquer destas formas.

A variante *eu*, forma prescrita pelas gramáticas normativas, não se mostrou expressiva em nossos dados. Ao contrário, ocorre com quase nula freqüência, 4% nas amostras checadas. A variante *mim*, forma discriminada, apresenta percentagem mais elevada, 20% e a variante zero, que não é mencionada na disputa, destaca-se, com 75% dos casos. Considerando a tendência do português brasileiro a não apagar o pronome sujeito na fala (Paredes Silva, 1988) este comportamento se mostra ainda mais interessante.

Diante dos fatos, a análise restringiu-se à variação entre *mim* e zero.

Nesta dissertação, então, fazemos o estudo da variação entre *mim* e zero na construção *para + 1PS + Infinitivo* na língua falada no Rio de Janeiro. Procuramos, através da análise quantitativa, identificar as características lingüísticas e extralingüísticas correlacionadas à variação e mudança lingüística na expressão do sujeito neste contexto.

2.2. O Pronome Pessoal de 1ª Pessoa

Uma rápida visão da evolução das variantes *mim* e *zero* mostra que segundo Coutinho, (1962) os pronomes pessoais ocorriam com mais freqüência no latim vulgar do que no clássico. Além disso, são eles que mais fielmente guardam as declinações latinas. As formas retas eram usadas como nominativo, e as formas oblíquas como dativo e acusativo. De acordo com Williams (1994), os casos acima citados não são sempre restritos à sua função original, pois algumas formas de acusativo podem ser usadas como dativo e outras de nominativo e dativo, como objeto de preposições. Uma apresentação do conjunto das formas latinas e suas

correspondentes portuguesas podem ser encontradas em Williams (1994) e Coutinho (1962), entre outros. No que se segue, nos detemos na análise das variantes em estudo.

O pronome *eu* tem sua origem latina na forma *eo* (nominativo) por *ego* no latim clássico. De acordo com Coutinho (1962) a forma *eo* aparece em textos latinos do século VI.

O pronome *mim* tem sua origem latina na forma *mi* (dativo) por *mihi* no latim clássico. Segundo Coutinho (1962), a forma *mi* ainda é encontrada em Camões, "Ouve danos de mi" (Os Lusíadas), embora já apareça a forma *mim* no fim do século XV.

Percebemos que no latim já existia um padrão que corresponde ao uso atual do *eu* como nominativo e de *mim* como dativo. Esta tendência continuou até o presente no nosso idioma.

Segundo Cunha e Cintra (1985), uma das características dos pronomes pessoais é a mudança de forma, de acordo com a função que desempenham na oração, isto é, conforme sejam retos ou oblíquos. O pronome é reto, quando funciona como sujeito e oblíquo quando é usado como complemento verbal, (objeto direto ou indireto). A gramática tradicional não prevê que um pronome de forma oblíqua possa desempenhar a função de sujeito. Os Puristas estão mais preocupados em determinar regras prescritivas e arbitrárias, A escola, por sua vez, tem por função reproduzir a norma de prestígio e não leva em consideração a fala de todos que participam da comunidade.

2.3. O Sujeito

As gramáticas tradicionais apresentam definições comuns em relação à idéia de sujeito. Vejamos algumas:

> 1. O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração.
> (CUNHA E CINTRA, 1985: 119)
>
> 2. O sujeito é o ser de quem se diz algo.
> (LIMA, 1999: 235)
>
> 3. Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal, para constituir uma oração.
> (BECHARA, 1999: 409)

As tentativas dos gramáticos para definir o sujeito não satisfazem todos os tipos de critérios que podem ser correlacionados a este termo, como: semântico, funcional e discursivo.

Sintaticamente, de acordo com a definição de Bechara, podemos definir como característica do sujeito, a relação predicativa entre uma unidade ou sintagma nominal e um núcleo verbal. No entanto este critério fica prejudicado quando não há marcas de concordância verbal, como na primeira pessoa do infinitivo flexionado. Contudo, o sujeito possui outros traços definidores, não contemplados até aqui. Semanticamente o sujeito pode funcionar como agente, paciente, experienciador, e beneficiário da ação verbal. Por exemplo, em (3) verificamos que o sujeito em destaque é ao mesmo tempo beneficiário e agente.

> (3) Quer dizer então que é interessante para <u>mim (EU, Ø)</u> sair daqui, não é? (C09)

Observemos que em (3) o sujeito da infinitiva *mim* é agente da ação de *sair* e beneficiário do estado de *ser interessante: é interessante para mim*.

Formalmente, o sujeito pode estar anteposto ou posposto ao verbo. Nos *corpora* estudados, todos os sujeitos analisados estão antepostos ao verbo na infinitiva, respeitando a ordem não marcada do português S.V.O. Isto faz com que o sujeito se aproxime da função de objeto da principal.

A segunda questão relevante para nosso trabalho é a do sujeito elíptico. Os gramáticos afirmam que o sujeito oculto ocorre quando este termo não visível é compreendido pela terminação verbal (Cunha, 1985), (Lima, 1999) e (Bechara, 1999), ignorando assim muitas vezes, o papel crucial do contexto. Ao analisarmos as orações infinitivas que têm como sujeito a variante *zero*, a forma elíptica é a referência da primeira pessoa do singular por sua relação anafórico-catafórica com o sujeito da principal ou através do contexto

discursivo/pragmático. A ausência de sujeito vincula mais fortemente as duas orações, conforme exemplo a seguir.

(4) Não tenho jeito para *Ø (eu, mim)* ser metida. (C63)

No exemplo acima, é o contexto (tenho, na primeira pessoa do singular) que permite identificar o sujeito da oração infinitiva.

Vale ressalvar que nesta pesquisa foram retiradas dos *corpora* as formas ambíguas, isto é, orações com sujeito zero que não podia ser identificado como variante de 1PS em causa, conforme exemplo (5):

> (5) Então está um acúmulo tão grande, que hoje em dia, para Ø mudar isto tudo, eu nem se nem, se chegará algum dia, acontecer uma mudança não, viu? (C50)

2.4. A Infinitiva

A oração infinitiva iniciada por *para* assume diferentes funções sintáticas, as quais correspondem, em grande parte, às características da preposição *para*. Assim, Bechara (1999), arrola, entre outros, os seguintes conteúdos introduzidos por *para*.

> a) a pessoa ou coisa em proveito ou prejuízo de quem uma ação é praticada (objeto indireto, complemento relativo ou complemento nominal).
> b) a pessoa a que se atribui uma opinião (dativo livre).
> c) fim ou destinação.
> d) Fim
> (BECHARA, 1999: 317)

Alguns autores consideram que não existem orações infinitivas. Para estes trata-se de uma categoria, podendo ser convertida a um nome correspondente não oracional. Outros, no entanto, procuram identificar suas propriedades. Seguindo Bechara (1999) para

determinarmos se a partícula com infinitivo constitui uma oração. Devemos observar se a candidata à oração infinitiva: a) apresenta autonomia sintática dentro do enunciado e b) está estruturada como as orações com verbos de forma finita.

Veremos adiante que as orações reduzidas de infinitivo, que apresentam um grau intermediário de vinculação à oração principal – entre as desenvolvidas e os nomes – (Lehmann, 1988) se correlacionam com a presença de um sujeito oblíquo.

3. BREVE RESUMO HISTÓRICO

Para explicar o uso de *mim* como forma alternativa a *eu* e *zero* em construções de infinitivo, procuramos delinear a sua origem no latim.

Diferentemente do português, havia no latim um sistema de casos. Assim, os nomes e adjetivos eram flexionados de acordo com a sua função sintática. Prototipicamente, a função de sujeito era marcada por nominativo, a de objeto direto era marcada pelo acusativo e a de objeto indireto pelo dativo. No uso concreto da língua, contudo, a correspondência nunca era tão precisa: uma forma podia desempenhar várias funções e vice-versa.

Segundo Ernout e Thomas (1953) o Dativo de Interesse indicava a quem interessa o assunto ou estado expresso pelo verbo. O dativo de agente, por sua vez, era o emprego da forma de dativo com a função de agente nas construções passivas e semelhantes. Dentre estas, a mais comum era a de dativo como complemento de adjetivo verbal em *–ndus* (que expressa *poder se feito*). Neste caso o dativo agente (*para quem a obrigação existe: é para mim ser feito isto; é para mim fazer isto*).

Observe-se que além da ocorrência em oração simples, o dativo pode ocorrer como uma oração em combinação de orações. Este é o casso das orações com o verbo no gerundivo (*-ndus*), visto acima, um infinitivo em que a expressão *ad* + *acusativo* "é usada como dativo".

Este adjetivo verbal passivo quando ocorre como verbo transitivo, constitui ele próprio uma oração.

(6) *Faciendum est mihi hoc...*

É [obrigação] para mim dever ser feito isto...

É para mim fazer isto...

A partir daí, o dativo estendeu sua função, passando a comportar-se como agente da passiva (*é para ser feito para mim* > *é para ser feito por mim [é para 1PS fazer]*).

Como foi apresentado por Torrent (2005), a estrutura com verbo no gerundivo é uma forma passiva de infinitivo que tem como agente um dativo de interesse da principal que deve ter sido o contexto motivador para a construção *para* + *mim* + *infinitivo.*

Ernout e Thomas mencionam ainda um dativo final que indica para quê algo se realiza. Pode ser objeto direto ou complemento nominal e ocorre com o gerundivo, o mesmo adjetivo verbal em *–ndus* usado em infinitivas designando a tarefa para a qual a pessoa foi designada. Segundo os autores já no latim este dativo foi substituído na linguagem corrente por *ad* + *acusativo*.

Mais tarde, segundo Ernout e Thomas, através da superposição de *ad* + *acusativo* (*ad faciendum*) e infinitivo presente (*facere*) originou-se a expressão *ad* + *infinitivo* (*ad facere*), base da atual a/para + infinitivo (para = *per* + *ad*).

Neste ponto impõe-se lembrar que segundo os autores, também há a possibilidade de um duplo dativo, isto é, a ocorrência de um dativo de interesse e um dativo final, como em:

> (7) *hoc est ei (dativo de interesse) saluti (dativo final) fuit*. (Ernout e Thomas (1953: 78)
>
> Isto foi para ele para a salvação.

Eles concluem que esta construção é análoga à de duplo acusativo, que postulam como base da construção latina de acusativo + infinitivo.

Ora, o acusativo com infinitivo é uma construção tipicamente latina que, herdada pelo português, apresenta o sujeito do verbo da infinitiva no acusativo, conforme (8).

(8) *Dicebat se paratum esse mori.*

(ele) Dizia ele estar preparado para morrer.

(9) Mandou-o sair.

Para Ernout e Thomas (1953) esta construção nada mais é do que um duplo acusativo: os dois acusativos são respectivamente, no caso, o objeto direto da principal e a própria infinitiva.

Segundo os autores, os latinos passaram a interpretar o acusativo da principal como sujeito da infinitiva. Houve uma reanálise do acusativo da principal como sujeito beneficiário da infinitiva.

(10)...*sentio eum // venire*. (Ernout e Thomas, 1953:322)

(11) *Sentio eum // venire*

Sinto-o vir.

Retomando o paralelo entre duplo dativo e duplo acusativo e ampliando-os no âmbito da construção de *acusativo* + *infinitivo*, passamos a interpretar a construção *para* + *mim* + *infinitivo* como um duplo dativo, ou seja, como uma construção de *dativo* + *infinitivo*. Tal como ocorre com o acusativo, que compartilha as funções de objeto da principal e sujeito da infinitiva, o pronome *mim* compartilharia duas funções: a de dativo da principal e a de sujeito (benefactivo) da infinitiva.

A construção proposta nada tem de estranha, na medida em que é registrada em outras línguas, como a estrutura do inglês *for her to buy is...*, por exemplo.

Por outro lado, a evolução desta construção não é aleatória, uma vez que constitui um caso mais geral de *pronome oblíquo* + *infinitivo*, no caso uma construção de duplo dativo em que o primeiro dativo é interpretado com sujeito do segundo, isto é, como sujeito da oração infinitiva.

Enout e Thomas ressalvam que no latim as orações infinitivas se comportam como as correspondentes desenvolvidas.

Assim, no caso de *acusativo* + *infinitivo* encontram-se tanto sujeitos explícitos como a elipse dos mesmos. O *dativo* + *infinitivo* por nós estudado admitiria as mesmas possibilidades

Quanto ao *ego* (em português eu) em construções infinitivas decorre da progressiva presença do pronome sujeito explícito da passagem do latim para o português, tendência que como vimos, não se realiza nas construções *para 1PS Infinitivo* atuais.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo apresentamos o que consta da literatura sobre as formas da primeira pessoa do singular em orações reduzidas de infinitivo iniciadas por *para*. Focalizamos duas abordagens distintas: a que se encontra nas gramáticas tradicionais e a proposta pelos estudos lingüísticos.

4.1. A Gramática Tradicional

Para chegar à visão de como o fenômeno em estudo é compreendido pelos gramáticos, foram pesquisadas obras que abrangem o período de 1914 até os dias de hoje.

Maximino Maciel (1914), ao descrever o emprego dos pronomes pessoais, distingue a função sintática da forma oblíqua. A forma *mim* é usada como complemento, enquanto a forma *eu*, funciona como sujeito. A estrutura *para mim sujeito de infinitivo* é tratada entre os assim chamados "vícios de construção sintática", um entre os casos de cacologia, que, segundo o autor, abrangem quaisquer erros de construção que infrinjam as regras sintáticas. O gramático ainda afirma que essas expressões são "infensas à linguagem correta". Entre os exemplos citados deparamo-nos com: "para mim ver, em vez de para eu ver", a construção discriminada devidamente contrastada com a forma prescrita. (Maciel, 1914: 394)

Coutinho (1962) assume uma postura discriminatória em relação ao português falado no Brasil, principalmente ao das classes populares, chegando a citar algumas expressões que, segundo ele, devem ser "expurgadas" da língua portuguesa, entre elas destaca-se "o uso de *mim* como sujeito de infinitivo" (Coutinho, 1962:355).

Antenor Nascentes (1964) enumera os erros característicos do português do Brasil. Aqui também entre as "aberrações" citadas e suas correções encontramos: "Este livro é para mim ler, em vez de este livro é para eu ler." (Nascentes, 1964:85). Curiosamente Nascentes atribui tais usos às influências dos negros e dos índios em nosso território.

Rocha Lima (1972) afirma que o uso de MIM como sujeito de infinitivo é um "erro comum", uma expressão própria da linguagem coloquial, menos cuidada, "não fixada na norma culta" (Rocha Lima, 1972:318)

Cunha e Cintra (1985) detêm-se na descrição da construção com *mim* explicando-a como resultado do cruzamento de: "Isto é trabalho para eu fazer; e isto é trabalho para mim" (Cunha & Cintra, 1985:299). Os autores comentam, sem qualquer juízo de valor, que a construção com *mim* como sujeito do infinitivo é desconhecida em Portugal, mas é muito difundida em nossa linguagem familiar.

Bechara (1999) afirma que segundo a regência da preposição *para* em orações infinitivas, o pronome em posição de sujeito deve estar na forma reta, conforme a norma gramatical. Nos termos do autor:

> **Isto é para eu fazer** – Se a preposição seguida de pronome não serve de introduzir este pronome (que funciona como sujeito), mas um infinitivo, usando as formas retas *eu* e *tu* e não *mim* e *ti*:
> Isto é para mim (a preposição rege o pronome)
> Isto é para eu fazer (a preposição rege o infinitivo: isto é, para que eu faça).
> (BECHARA, 1999: 566)

Em síntese, pudemos verificar através desta breve abordagem que a gramática tradicional discrimina o uso do pronome *mim* em posição de sujeito, estigmatizando-o como erro. É interessante perceber, no entanto, que nos últimos anos alguns autores começaram a considerar estas estruturas, buscando explicar seu uso e não apenas censurá-lo.

Por meio da investigação lingüística, foram realizadas análises sistemáticas da estrutura em foco. Para tentar dar conta do que a gramática tradicional não conseguia resolver, gerativistas, sociocognitivistas e sociolingüistas realizaram investigações distintas, conforme passamos a relatar na seção seguinte.

4.2. A Gramática Gerativa

Pereira e Roncarati (1993) propuseram um modelo de análise gerativa com a finalidade de explicar o uso do *mim* como sujeito de orações infinitivas. Elas afirmam que a existência do *mim* como sujeito de orações infinitivas iniciadas por *para* é um exemplo excepcional de marcação de caso causada por uma reanálise do *para* como um complementizador, a qual é mais avançada na linguagem informal do Rio de Janeiro.

Mioto *et alii* (1999) também defendem a mesma proposta apresentada por Pereira e Roncarati, como observamos no trecho reproduzido abaixo:

> a) A Maria fez palhaçada para eu rir.
> b) A Maria fez palhaçada para mim rir.
> Embora gramáticos tradicionais policiem severamente os falantes para não produzirem (b), esta sentença é gramatical. O que incomoda profundamente esses gramáticos é o fato do Pronome Sujeito do Verbo *rir* aparecer na forma oblíqua *mim*. Em termos mais técnicos, o incômodo resulta de uma atribuição de Caso que envolve a preposição como núcleo atribuidor e o DP preenchido pelo pronome como receptor. O Pronome não consegue disfarçar que se trata do Caso Oblíquo.
> (a) não traz desconforto porque evidencia uma marcação canônica de Caso: o núcleo I do infinitivo pessoal marca casualmente o Pronome cuja forma deixa ver o Caso nominativo. Em (b) temos em mão uma marcação casual que não é canônica, no sentido de que ela não acontece na configuração núcleo-complemento, como fazem normalmente as preposições e os Verbos Observe que não é exatamente o complemento que está recebendo o Caso da preposição em (b); o complemento da preposição não é o Pronome *mim* mas uma sentença infinitiva que em princípio não necessita de marcação casual. Porém, é o pronome *mim* argumento externo de *rir*, que está sendo marcado por Caso pela preposição. Esta é a razão pela qual dissemos que a marcação é excepcional.
> (MIOTO *et alii*, 1999:125)

Não nos cabe no presente trabalho discutir as possibilidades explanatórias da Gramática Gerativa. Concordamos com aqueles para quem a explicação gerativa não é satisfatória por basear-se em características formais e em razões internas à própria teoria, como Torrent (2005). Neste trabalho, partimos do pressuposto de que as variantes são termos equivalentes do uso real, que se alternam de acordo fatores lingüísticos e extralingüísticos e que pertencem a uma mesma estrutura. Assumimos que o uso de *mim* ou *zero* correlaciona-se a fatores internos e externos como propõe o modelo laboviano de variação lingüística (labov, 1972).

4.3. A Sociolingüística

Marcos Bagno (2005) foi o primeiro sociolingüista, de que tivemos notícia, a deter-se na variação que é tema deste trabalho. Observe-se, contudo, que o autor não se propôs a fazer uma análise quantitativa deste fenômeno. Sua intenção era de apresentar três justificativas para o uso de *mim* como sujeito de infinitivo. O autor apresenta três hipóteses, conforme apresentamos a seguir:

Primeira hipótese:

> **Cruzamento sintático** – A primeira hipótese tenta explicar essa construção [*mim* sujeito de infinitivo] atribuindo-a a um cruzamento sintático...
> (1) João trouxe um monte de livros para mim.
> (2) João trouxe um monte de livros para eu escolher.
> Na tentativa de dizer as duas coisas num enunciado só, o falante cruza as duas frases e obtém uma terceira, que é algo assim como uma síntese, um resumo das informações contidas nas duas anteriores.
> (3) João trouxe um monte de livros para mim escolher.
> (...) o resultado da soma das duas primeiras frases seria: "João trouxe um monte de livros para mim, para eu escolher", mas aquela tendência que a língua tem à economia, ao enxugamento, leva o falante a dizer as duas coisas de uma vez só. Essa frase (3) deixa bem claro que João trouxe os livros para *mim*, e não para qualquer outra pessoa, e que trouxe *para eu escolher*, e não para eu guardar, vender ou copiar.
> (BAGNO, 2005: 182)

Ao apresentar esta primeira hipótese Bagno nos fornece a idéia de um cruzamento sintático por meio do qual duas formas se tornam uma – *trouxe um monte de livros para mim, para eu escolher* tornando-se *trouxe um monte de livros para mim escolher*.

Bagno faz um adendo, a noção do *mim* significando o interesse do falante, o que ele chama de *ênfase afetiva*. Nos termos do autor:

> (...) temos de levar em conta também que o pronome *mim* é um pronome tônico, quer dizer, é uma palavra que soa mais nitidamente quando pronunciada, que se destaca foneticamente dentro do enunciado. Ao usar *mim* que é tônico, e não *eu*, átono, o falante está dando uma ênfase *afetiva* a seu enunciado, deixando claro que ele é a pessoa *interessada*, a pessoa de quem se está falando.
> (BAGNO, 2005: 182)

Observemos então a segunda hipótese formulada pelo autor:

> **Ganha quem chegar primeiro** – A segunda hipótese diz assim: "fica com a vaga quem chegar primeiro".
> (...)
> João trouxe um monte de livros para [ ] escolher.
> Na produção deste enunciado, quem aparece primeiro, na fala, é a preposição *para*. Ora, existe uma regra na língua que diz: "depois de preposição, pronome oblíquo". Também existe uma outra regra que diz: "na função de sujeito de um verbo, o pronome deve figurar no caso reto". São duas regras para serem obedecidas. A qual delas o falante vai obedecer? À que veio primeiro, à que foi acionada em primeiro lugar. Uma vez ocupada a vaga, conforme a primeira regra, a segunda regra perde a chance de se impor. Estabelece-se uma hierarquia por ordem de chegada. Então o que temos é uma vaga para dois candidatos, ambos exercendo uma pressão para preencher a lacuna:
> João trouxe um monte de livros para [ ] escolher.
> A preposição *para*, por ter chegado primeiro, pôde empurrar para dentro do espaço vago o pronome *mim*, que ela rege, o infinitivo, coitadinho, ficou a ver navios. Resultado:
> João trouxe um monte de livros para mim escolher.
> (BAGNO, 2005:183)

Bagno não atribui exclusivamente a uma ou outra hipótese o uso de *mim* como sujeito de infinitivo, mas à ocorrência das duas ao mesmo tempo. Em seus termos:

> ...Pessoalmente acredito que as duas explicações reunidas podem dar conta do fenômeno. O cruzamento sintático, tentando oferecer uma sínese das informações, e a exigência de obliqüidade do pronome por parte da preposição, que chegou primeiro, podem agir ao mesmo tempo para produzir esse tipo de construção sintática. A isso se acrescenta a força *afetiva* que tem o pronome *mim*, graças ao seu caráter tônico.
> (BAGNO, 2005: 183-184)

Para finalizar, ele apresenta uma terceira hipótese para o uso de *mim* como sujeito de infinitivo:

> **Deslocamentos possíveis** – É a hipótese da generalização da possibilidade de deslocamento...
> (...) Existem situações em que o *para mim* aparece diante de um infinitivo, sem que isto constitua um "erro" do ponto de vista da norma-padrão. Observe...
> (4) É muito difícil para mim fazer isso sozinho.
> À primeira vista, parece que essa frase contém um "erro", não é? Mas é fácil provar que ela não está desrespeitando nenhuma regra da norma-padrão. Basta a gente retirar o PARA MIM do lugar onde ele está e deslocá-lo ao longo do enunciado. Vamos ver que ele se encaixa direitinho em outros lugares:
> (4a) Para mim é muito difícil fazer isso sozinho.
> (4b) É para mim muito difícil fazer isso sozinho.
> (4c) É muito difícil fazer isso sozinho para mim.
> O que acontece aqui é que o infinitivo *fazer* é o sujeito da oração *é muito difícil* Mas para quem ouve a frase (4) enunciada num ritmo normal pode parecer que *mim* é que é o sujeito do infinitivo *fazer*... Aqui, o *para mim* tem o sentido de "na minha opinião",

> "no que me diz respeito". Agora vejam só o que acontece com outro enunciado que usa as mesmas palavras de (4):
> (5) Isso é muito difícil para mim fazer sozinho.
> Se tentarmos deslocar o PARA MIIM como fizemos em (4), vamos obter o seguinte:
> (5a) * Para mim isso é muito difícil fazer sozinho.
> (5b) * Isso é para mim muito difícil fazer sozinho.
> (5c) * Isso é muito difícil fazer sozinho para mim.
> (...) Enunciados desse tipo simplesmente nunca são produzidos por nenhum falante de nenhuma variedade, nem as menos cultas. Porque em (5), é impossível separar o PARA MIM do verbo FAZER. Nesse enunciado o *para mim* nada tem a ver com "na minha opinião". Os falantes cultos, no entanto, reconhecendo que enunciados do tipo (4) estão de acordo com a norma padrão generalizam essa possibilidade de ocorrência de PARA MIM + INFINITIVO e passam a aplicar essa regra em todos os enunciados aparentemente semelhantes. Afinal, a única diferença aparente entre (4) e (5) é o arranjo das palavras, a ordem que elas ocupam no enunciado.
> (BAGNO, 2005: 184-185)

O autor ainda diz que a funcionalidade dos critérios de certo e errado não funciona de forma rígida como pretendem os tradicionalistas. Para sustentar esta afirmação, apresenta a seguinte argumentação:

> Para mim lembrar de tudo agora fica difícil.
> Neste exemplo nem precisamos mexer no arranjo sintático do enunciado. Do jeito que ele está, podemos mesmo ter duas interpretações. Para ver se a primeira interpretação procede, basta deslocar o PARA MIM e colocá-lo em outros lugares do enunciado.
> Lembrar tudo agora fica difícil para mim.
> Mas também funciona analisar este *mim* como sujeito do infinitivo. É só a gente substituir o *mim* pelo *eu* da norma-padrão: "Para eu lembrar de tudo agora fica difícil"...
> Quer dizer que, pela norma-padrão, a secretária [que havia produzido a frase com *mim*] errou e acertou ao mesmo tempo...
> (...) Talvez a secretária quisesse fazer as duas coisas ao mesmo tempo: dar a opinião sobre o que o outro interlocutor estava dizendo e exprimir sua dificuldade se lembrar de tudo naquele momento. Houve o cruzamento sintático, a regra de quem-chega-primeiro-ganha prevaleceu e a generalização da hipótese do deslocamento entrou em ação.
> (BAGNO, 2005: 186)

Em síntese, verificamos que as três propostas, aqui citadas, devem ser consideradas simultaneamente com a finalidade de tentar explicar o uso de *mim* como sujeito de infinitivo. Como o próprio Bagno admite, ficou faltando uma análise quantitativa a fim de explorar o uso real deste fenômeno.

4.4. O Sóciocognitivismo

Em trabalho recente de dissertação, Torrent (2005), analisa a mesma estrutura *para mim + infinitivo*, construção de dativo com infinitivo, DCI.

Dentro deste quadro o autor adota duas perspectivas: uma sincrônica, "o caminho da revisão sintática para + mim + infinitivo" e outro diacrônico, "o caminho histórico". Segundo o autor, o sociocognitivismo permite superar as lacunas que propostas anteriores, a gramática tradicional, as hipóteses da gramática gerativa e de Marcos Bagno, não foram capazes de preencher. Segundo o modelo sociocognitivista, Torrent propõe uma construção, o DCI, já prescrito no latim.

Torrent apresenta as seguintes conclusões:

> (i) O DCI é uma construção, cujo esquema sintático é *para x infinitivo*;
> (ii) A posição de *x* pode ser ocupada por vários tipos de Nominais, sejam eles Pronomes Dativos, Pronomes Nominativos, Nomes ou Sintagmas;
> (iii) A ocorrência de Pronomes Dativos na posição de *x* é apenas uma forma de reforçar morfologicamente a atribuição de caso Dativo a este elemento, a qual é feita sintaticamente através da preposição *para* e denunciada, a princípio, pela ausência de concordância deste elemento com o Infinitivo, conforme ocorria em Latim com o Gerundivo;
> (iv) Por ser uma construção, o DCI pode mesclar-se a outras construções, tais como as Transferências e aquelas com o modalizador *dá para*;
> (v) O DCI não precisa estar necessariamente ligado a um Verbo Transferencial Finito;
> (vi) Por ser uma Construção, o Dativo com Infinitivo possui elementos semânticos próprios que o diferenciam de outras construções da língua, quais sejam o estabelecimento de um Beneficiário Agente ou Experienciador em um espaço mental que representa a resultante virtual de uma dada ação ou do contexto, e a noção de Finalidade emergente em seu esquema de significado.
> (TORRENT, 2005: 73)

A análise sociocognitivista, aqui brevemente comentada, permite explicar e legitimar a estrutura *para + mim + infinitivo*. No âmbito interno à língua, esta não é incompatível com os pressupostos deste trabalho, mas o é, no âmbito de respostas às questões sobre os fatores que concorrem para a prescrição da estrutura em contexto real de uso. Assim, o apagamento do pronome com a permanência da preposição, o uso mais freqüente da estrutura, parece pertinente à questão do dativo + infinitivo. Por outro lado, uma única construção para todas as

formas de x aponta para a dimensão variacionista. É nesse sentido que propomos uma análise sociolingüística à construção para + x + infinitivo, sendo as variantes *eu, mim* e *Ø*.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos os modelos teóricos norteadores deste trabalho, a Teoria da Variação e Mudança Lingüística e o Funcionalismo Lingüístico, discutindo alguns conceitos básicos relevantes a esta dissertação.

5.1. A Teoria da Variação e Mudança

A Teoria da Variação Lingüística, ramo da sociolingüística, estuda a língua como meio de comunicação social. A observação atenta do uso real da língua no interior das comunidades de fala revela que ela não é homogênea nem estática, mas apresenta-se em constante variação. Esta variação correlaciona-se sistematicamente tanto a aspectos extralingüísticos como: gênero/sexo, idade, escolaridade; quanto a contextos lingüísticos como: fatores semânticos, sintáticos e outros.

Segundo Labov (1972), podemos reconhecer os membros de uma comunidade lingüística pelo fato de que eles partilham um conjunto de normas de uso que são expressas quer pelos julgamentos explícitos quer pela uniformidade dos esquemas de variação observados na sua produção lingüística. Sendo assim, dentro de uma mesma comunidade lingüística pode haver grupos sociais que seguem padrões lingüísticos distintos dos prescritos oficialmente. Tais usos acabam sendo discriminados por não se reconhecer que a variação lingüística ocorre de forma sistemática e organizada. Uma das funções do sociolingüista é precisamente esta: identificar a variação e estabelecer a existência da regularidade dos diferentes usos da língua, através da análise de dados reais, coletados em contextos sociais.

A Teoria da Variação, como modelo de investigação científica, teve como marco inicial os trabalhos de William Labov. Ela baseia-se no fato de que todas as línguas são heterogêneas, em decorrência de seu dinamismo interno. Esta variação é ordenada e sistemática, podendo ocorrer no nível fonético/fonológico, morfossintático, discursivo ou

semântico. A partir de métodos de investigação rigorosamente construídos, o modelo de Labov permite identificar, analisar e explicar a regularidade das variações que ocorrem em uma determinada comunidade lingüística. Por isso podemos dizer que o objetivo da sociolingüística laboviana, como foi devidamente definido por Tarallo (1990) é o de sistematizar o "caos aparente", ou seja, apresentar os processos reguladores da variação que ocorre nas línguas naturais de maneira cientificamente estruturada.

A Sociolingüística Variacionista teve seu início como resposta às abordagens estruturalistas, que percebiam a língua em situação real de uso desvinculada dos seus falantes e como objeto homogêneo de representação. Os estruturalistas não estavam interessados em analisar o comportamento dos falantes como seres sociais, mas uma idealização[1]. Surgiu então a concepção de uma heterogeneidade ordenada (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

Segundo a proposta da Teoria da Variação, o fenômeno variável é a variável dependente, que por sua vez, é representada pelas formas alternantes ou variantes. A variável dependente pode ser binária, ternária ou eneária, conforme o número de formas alternantes que constituam o envelope da variação.

Variáveis independentes ou grupos de fatores são os contextos correlacionados estatisticamente às variantes. Estes grupos de fatores podem ser de natureza lingüística ou extralingüística, conforme mencionado acima.

Os primeiros trabalhos sobre variação foram no campo fonético/fonológico. Destacam-se os clássicos: Labov (1966) sobre a realização dos ditongos [ay] e [aw] na Ilha de Martha's Vineyard e o estudo também de Labov (1972) sobre o [R] em Nova Iorque. Outras pesquisas foram e estão sendo realizadas até os dias atuais acrescentando-se a análise de variáveis morfossintáticas, semânticas e discursivas.

---

[1] O social era visto quer como abstração (a *langue idealizada*) quer como real assistemático, ou seja, irredutível às análises científicas (as *paroles* individuais).

Na Europa, a sociolingüística foi aproximada da dialetologia. A noção de dialeto, que para os trabalhos de orientação laboviana, era de caráter regional, foi ampliada para o âmbito social. Peter Trudgill (1983), no Reino Unido, mostrou esquemas de difusão de uma variante fonética de um centro urbano a outro, ao passo que Lesley (1980), em Belfast, apresentou a difusão de inovações lingüísticas através de redes sociais. Assim, no contexto europeu, os trabalhos variacionistas foram rotulados de Dialetologia Urbana e Dialetologia Social, diferenciando-se da Dialetologia tradicional, na qual, os dados provinham principalmente do meio rural.

Ao saírem do campo da fonética/fonologia os pesquisadores se depararam com algumas dificuldades. Um dos problemas é a coleta de grande quantidade de dados, necessária para uma análise quantitativa. O que pode facilmente ser feito no nível fonético/fonológico, é mais difícil com variantes morfológicas, sintáticas, ou discursivas. Com efeito, as variantes sintáticas podem apresentar diferenças de significado. Se isto ocorrer, o postulado de que as formas alternantes não podem ter diferenças semânticas fica prejudicado. A própria codificação apresenta novos desafios, pois é necessário definir-se com clareza o conteúdo dos contextos da variação.

Em relação a estas problemáticas, alguns variacionistas afirmam não haver equivalência de significação entre as formas alternantes fora do ambiente fonético/fonológico (Lavandera, 1984). Para Labov e Weiner (1984) o importante é a manutenção do valor de verdade, do significado referencial, justificando uma análise variacionista. Paredes Silva concorda com a possibilidade de se proceder a análises fora do ambiente fonético/fonológico, segundo a autora:

> Por sua vez, a análise variacionista tem como lidar com essas diferenças associadas a matizes semânticos ou a propriedades discursivo-pragmáticas dos tipos das que parecem ocorrer nas passivas ou em alguns casos de ordenação de elementos... Elas sempre podem ser controladas através dos fatores postulados como correlacionados ao fenômeno.
> (PAREDES SILVA, 2004: 68)

Esta dissertação tem como objeto um caso de variação morfossintática. A partir da proposta de Paredes Silva mencionada no último parágrafo, reafirmamos que as formas pronominais *eu, mim* e a sua ausência quando em posição de sujeito de construções infinitivas antecedidas pela preposição *para* ocorrem alternadamente no mesmo contexto sem que haja mudança de significado.

Ao observarmos o homem e a sociedade em geral, percebemos que a variação é inerente ao comportamento social, tanto sincronicamente como diacronicamente. Tudo está em constante mudança. Um processo ordenado e contínuo. Com a língua, um fenômeno basicamente social, não é diferente. A sua evolução não pode ocorrer através de etapas estanques. Toda mudança supõe um estágio de variação (embora o inverso não ocorra novamente) (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

Assim, a Teoria da Variação e Mudança abrange o estudo histórico das línguas. Para a análise da variação e mudança lingüística, procede-se à análise da passagem do tempo, a qual pode ser vista a partir de duas perspectivas distintas:

A primeira diz respeito à passagem do tempo aparente. Trata-se de um estudo sincrônico no qual são analisadas diferentes faixas etárias. O estudo do tempo aparente está baseado no pressuposto de que diferenças lingüísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes.

A segunda diz respeito à passagem do tempo real. Trata-se da comparação de duas sincronias, ou seja, de épocas diferentes. O estudo da mudança em tempo real pode ser de curta ou longa duração. Por ele, podem-se perceber aspectos não detectáveis no estudo do tempo aparente, distinguindo-se mudanças que ocorrem em toda a comunidade lingüística das que podem caracterizar a trajetória do comportamento lingüístico do indivíduo por toda a sua vida. Em tempo real de curta ou longa duração, esta distinção pode ocorrer através do estudo de painel e do estudo de tendência (Labov, 1994), que podem se complementar mutuamente

fornecendo evidências mais seguras sobre os padrões de variação em um dado momento de uma determinada língua.

O estudo de painel é feito a partir de amostras de fala dos mesmos informantes em épocas distintas. Por ele pode-se observar a mudança ou a estabilidade no comportamento lingüístico do indivíduo. Ele fornece elementos para se distinguir entre mudança individual e mudança na comunidade. A limitação desta abordagem é que quando recontatados, os informantes não representam mais estatisticamente a comunidade de fala, pois se perde a aleatoriedade.

O estudo de tendência compara amostras aleatórias de dada comunidade de fala, estratificadas socialmente, da mesma forma, em dois momentos. Os falantes são então considerados como representativos da comunidade de fala. Com isto, pode-se depreender a direcionalidade do sistema na comunidade lingüística e, ainda, se verificar em quais medidas, as mudanças na configuração social de um grupo podem se refletir na propagação, na estabilização ou no recuo de processos de mudança.

Segundo Labov (1994), a melhor forma de se evitar problemas ao fazer uma análise em tempo aparente ou em tempo real é pela conjugação das duas análises.

Mencionamos assim que a mudança lingüística não acontece abruptamente. São necessários períodos mais ou menos longos através dos quais a mudança lingüística se processa de maneira sistemática. Um exemplo é o fato de que em uma determinada comunidade de fala, falantes mais velhos, mais escolarizados ou de classes sociais de maior prestígio, ou ainda, que sofrem certa pressão de normatização, tendem a preservar mais as formas antigas (Naro, 2004). O autor salienta que costumam coexistir, em estados reais da língua, formas que embora concorram entre si em determinados contextos, com o passar do tempo, no espaço de diversas gerações, apresentam mudança passando a afetar todos os itens

lexicais e todas as estruturas de um determinado tipo. Por outro lado, Naro ainda nos chama a atenção sobre a possível limitação da mudança a certos contextos estruturais.

Sendo assim, nesta dissertação, procedemos à análise de duas amostras visando a identificar a tendência de mudança em um período de curta duração. Pretendemos observar se as formas variáveis em estudo sofreram um processo de mudança. Admitimos, porém, que no futuro, com o passar do tempo, com as pressões e restrições sobre as variantes a situação lingüística em análise seja muito diferente do que hoje se apresenta.

5.2. Funcionalismo Lingüístico

Ao lado da Teoria da Variação fundamentamos a análise de nossos dados em alguns princípios funcionalistas. Conforme mostramos a seguir, existe estreita sintonia entre a Teoria da Variação e o Funcionalismo Lingüístico.

A lingüística norte-americana, apesar de fortemente enraizada no modelo formalista, foi criando, paralelamente, um pólo funcionalista, graças aos trabalhos de Franz Boas. Muitos sociolingüistas, como Labov e outros, foram influenciados pelo funcionalismo. Uma diferença marcante entre o estruturalismo e a gramática funcional é que esta última reconhece que a linguagem não é um fenômeno isolado, mas correlacionado a diversos outros fenômenos sociais, sendo a comunicação, apenas um destes.

A interação entre a função e a estrutura dos organismos é comparada por Givón (1995) com as estruturas disponíveis e a sua função na utilização da linguagem. Segundo Moura Neves (2004: 15), a gramática é "acessível às pressões do uso". A mesma afirma que o funcionalismo lingüístico leva em consideração a capacidade dos indivíduos de usar e interpretar expressões, e não apenas de codificar ou de decodificar estas últimas. .

Givón (1984) propõe três tipos de explicações funcionalistas: a universal, a específica para uma dada língua e a diacrônica. A primeira está relacionada ao princípio da iconicidade, o que explica a não-arbitrariedade entre forma e função. A segunda identifica o inventário de

estruturas que dada língua utiliza a fim de codificar domínios correlatos e as relações funcionais entre eles. A última tem por objetivo, dar conta das mudanças nas estruturas que codificam os domínios.

O funcionalismo rompe com a noção estruturalista de divisão em níveis, ou seja, um fonológico, outro morfológico, outro sintático e assim por diante. A gramática funcional prevê a integração de diversos níveis. Givón (1984) tem por objetivo a organização de um quadro sistemático e abrangente de sintaxe, semântica e pragmática unificadas. Para o autor, a gramática é internamente estruturada e não uma lista de níveis isolados entre si. Existe uma hierarquia entre os diversos níveis e inter-relações que levam em consideração a proximidade de alguns níveis em detrimento de outros devido a fatores diversos. A sintaxe, por exemplo, é tida como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica e a pragmática.

Todas as manifestações no campo da linguagem devem possuir uma estrutura temática coerente, já que o objetivo primeiro das manifestações lingüísticas é a comunicação. Esta estrutura é observável na frase e no discurso. O discurso, como sendo de natureza multiproposicional, deve permitir a identificação das estruturas hierárquicas de proposições. Ao observarmos esta hierarquia, entramos em contato com as regras do discurso, que não devem ser quebradas para que "não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na comunicação" (Moura Neves, 2004:25).

Nesta breve exposição procuramos apontar a estreita conexão entre Funcionalismo Lingüístico e Teoria da Variação Lingüística. Ambos preocupados em estudar e analisar a língua em seu uso real, considerando a mesma de maneira dinâmica e heterogênea. Com os pressupostos funcionalistas, podemos investigar os fenômenos variáveis levando em consideração a interação entre os diversos níveis lingüísticos e as funções correlacionadas aos contextos lingüísticos e extralingüísticos, tendo-se verdadeiramente a noção de língua diretamente associados à variação e mudança lingüística.

5.3. Alguns Conceitos Funcionalistas

A noção de transitividade foi proposta e aprofundada nos trabalhos de Hopper e Thompson (1988) e Thompson e Hopper (2000).

Para os autores, a questão da transitividade vai além da visão clássica, que se restringe à forma verbal. Diante desta nova proposta, é necessário analisar a oração em seu conjunto. Os autores postulam parâmetros, a partir dos quais, se caracteriza uma sentença como mais ou menos transitiva.

A transitividade é vista como uma medida escalar, podendo a oração ser mais transitiva de acordo com alguns parâmetros e menos transitiva de acordo com alguns outros.

A funcionalidade deste modelo foi testada em diferentes línguas. O quadro 1, abaixo, especifica os dez parâmetros para o grau de transitividade de uma oração.

Parâmetros	**Transitividade alta**	**Transitividade baixa**
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não-ação
Aspecto do verbo	Perfectivo	Não-perfectivo
Punctualidade do verbo	Punctual	Não-punctual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não-intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Modo *realis*	Modos *irrealis*
Agentividade do sujeito	Agentivo	Não-agentivo
Afetamento do objeto	Afetado	Não-afetado
Individuação do objeto	Individuado	Não-individuado

QUADRO 1: Parâmetros de Transitividade, segundo Hopper e Thompson

Através destes parâmetros, é possível fazer uma análise da transitividade levando em conta a função discursiva da oração, uma vez que esta passa a ser analisada como entidade lingüística de um texto, ou seja, considerando-se as implicações contextuais em sua interpretação.

Neste trabalho identificamos os parâmetros que se mostraram de maior relevância para o fenômeno em causa: número de participantes, agentividade, cinese e modalidade. Para

aprofundar o estudo das relações intra (inter) oracionais das orações, recorremos à abordagem funcionalista de Halliday (1994). Segundo Halliday, a transitividade existe para organizar as experiências humanas e formar os diferentes processos do dia-a-dia. O autor divide os processos em: processos do mundo físico, da consciência e das abstrações. Estes processos, então, caracterizados pelo valor semântico das orações, principalmente a relação entre seus participantes e a forma verbal, está diretamente ligado à noção de transitividade.

Outro conceito funcionalista relevante para nosso trabalho é a noção de iconicidade. Esta é compreendida em lingüística como a relação entre forma e função, entre o código lingüístico e seu conteúdo (Givón, 1990). Para os funcionalistas a estrutura da língua reflete, de alguma forma, a estrutura da experiência. O princípio da icoonicidade pode se manifestar por três subprincípios (Martelotta *et alii*, 2003), que se relacionam à quantidade de informação, ao grau de integração dos constituintes da expressão e do conteúdo e à ordenação linear dos seguimentos.

Segundo o subprincípio da quantidade, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela representa.

Segundo o subprincípio da integração, os conteúdos que estão mais próximos cognitivamente também estão mais integrados no nível da codificação.

Por último, o subprincípio da ordenação linear diz que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, assim, a ordem dos elementos no enunciado revela sua importância para o falante.

6. METODOLOGIA UTILIZADA

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada, caracterizamos as amostras que constituíram os *corpora* em causa e por último, descrevemos o processo de análise quantitativa dos dados que permitiu a análise e a interpretação dos resultados.

6.1. Caracterização das Amostras e Obtenção dos Dados

Com o objetivo de investigar a língua em seu uso informal, foram analisadas amostras de fala obtidas a partir de entrevistas sociolingüísticas a fim de que pudéssemos captar manifestações lingüísticas, o mais próximo possível da realidade cotidiana dos informantes.

As entrevistas sociolingüísticas obedecem a critérios rígidos pré-estabelecidos para que o informante se manifeste o mais naturalmente possível, sendo levado, pelo entrevistador, a esquecer que seu relato está sendo gravado a fim de que os entrevistados possam representar estatisticamente a comunidade de fala em que estão inseridos. Os informantes são criteriosamente distribuídos em células sociais de acordo com o objetivo da pesquisa As entrevistas gravadas e transcritas utilizadas nesta pesquisa focalizam o uso do português falado no Rio de Janeiro (Amostras Censo e Tendências PEUL/UFRJ). Para uma abordagem mais detalhada, sugerimos Mollica & Braga (2004).

Para esta dissertação, utilizamos duas amostras já existentes correspondentes a duas épocas distintas, 1980 e 2000[2], visando a uma análise comparativa entre estes dois momentos para assim identificar o processo de variação e mudança lingüística no uso da primeira pessoa do singular em infinitivas iniciadas por *para* ocorrida neste curto prazo na área do Rio de Janeiro.

A primeira amostra a ser analisada foi a Amostra Censo, doravante 80(C), do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, PEUL, da Faculdade de Letras da Universidade

[2] Utilizamos as datas 1980 e 2000 para identificar os períodos de tempo a que cada uma das Amostras do PEUL se referem. Contudo, é válido ressaltar que estas foram constituídas em torno destas datas, respeitando uma diferença de 20 anos entre elas.

Federal do Rio de Janeiro. Esta amostra é constituída por 64 informantes, igualmente distribuídos entre gênero/sexo, escolaridade (primário, ginásio e colegial) e idade (7-14 anos, 15-24 anos, 25-49 anos e maiores de 50 anos). A partir desta amostra constituiu-se um *corpus* com 622 dados. Destes, 119 (19%) são com a variante *mim*, 31 (4%) com a variante *eu* e 472 (75%) com a variante Ø.

A segunda amostra, também do Programa PEUL, foi a Amostra Tendências, doravante 00(C). Esta amostra é constituída por 32 informantes, igualmente distribuídos entre gênero/sexo, escolaridade (primário, ginásio e colegial) e idade (7-14 anos, 15-24 anos, 25-49 anos e maiores de 50 anos). A partir desta amostra constitui-se um *corpus* de 264 dados. Destes, 43 (16%) são da variante *mim*, 11 (4%) da variante *eu* e 210 (79%) da variante Ø.

Se compararmos as duas épocas, podemos verificar que a distribuição das três variantes após cerca de vinte anos, permanece praticamente Imutável, conforme gráfico 1 a seguir.

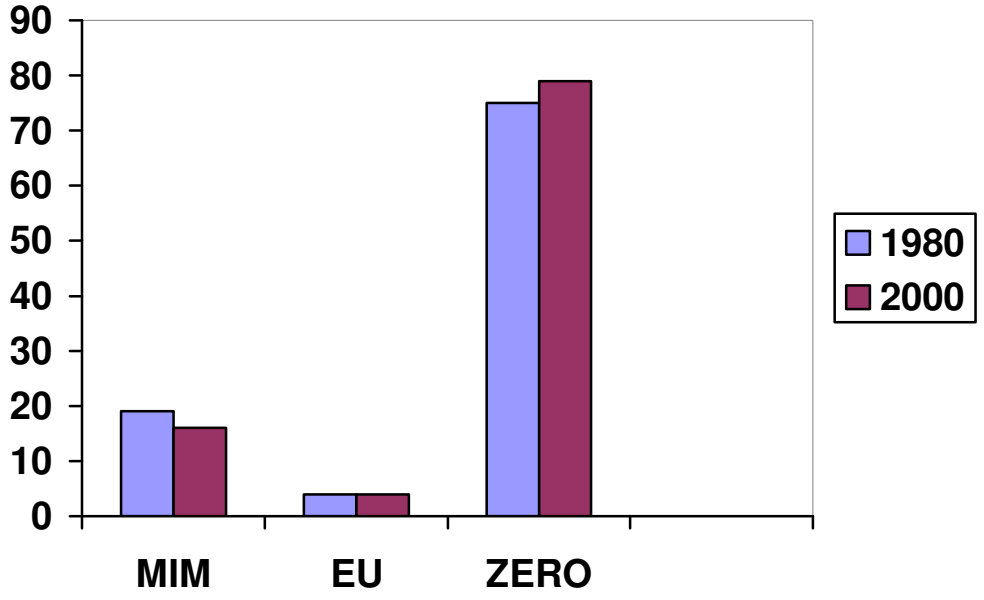

GRÁFICO 1: Distribuição das variantes *mim*, *eu* e Ø na Amostra Censo e na Amostra Tendências em %

Interessa saber, portanto, se as pressões e restrições que atuavam na Amostra Censo continuam a atuar e até que ponto o fazem na Amostra Tendências. Este assunto será mais especificado no desenvolver deste trabalho.

Ao decidirmos pesquisar as amostras de fala do Projeto PEUL, tivemos de superar uma lacuna: elas não abrangem informantes de nível universitário. Por percebermos que a escolarização do falante podia ser um fator importante para o emprego das variantes em questão, recorremos a duas amostras do Projeto NURC - RJ, Norma Culta do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre as diferentes amostras de fala do Projeto NURC, selecionamos para completar este trabalho as amostras DID que seriam as mais próximas possíveis das amostras de educação básica disponíveis. Nas amostras DID, assim como nas amostras do PEUL, existe uma situação de entrevista entre um informante, no caso do NURC com nível superior, e um entrevistador. Ambas as amostras analisadas estão distribuídas entre idade e gênero/sexo. É ainda importante ressaltar, que apesar da distribuição etária do NURC não ser idêntica à distribuição etária do PEUL, os resultados poderiam ser sugestivos.

Sendo assim, selecionamos as amostras do NURC, procurando constituir dois *corpora* distintos, com o mesmo objetivo traçado para as duas amostras do PEUL, ou seja, procuramos estudar o processo de mudança lingüística comparando a Amostra DID de 1970, com a Amostra DID de 1990.

No entanto, o número de dados obtidos não era suficiente para a análise quantitativa exigida pela Teoria da Variação Lingüística. O c*orpus* constituído a partir da amostra de 1970 forneceu apenas 31 dados, sendo 4 (2%) com a variante *eu* e 27 (98%) com a variante Ø. No *corpus* correspondente à amostra de 1990, encontramos 61 dados, sendo 3 (5%) com a variante *eu* e 58 (95%) com a variante Ø.

Vale salientar, embora o total de dados não tenha valor estatístico, a ausência da variante estigmatizada, *mim*, nas amostras de informantes com nível superior. Observa-se ainda que a variação entre *eu* e *zero* praticamente não ocorre ente os informantes da amostra NURC (zero = 98% em 1970 e 95% em 1990). Voltaremos a este assunto mais adiante.

Depois de devidamente coletados, foram considerados, para esta análise, apenas os dados do PEUL, pois os *corpora* constituídos a partir das amostras do NURC não continham dados suficientes para uma análise segundo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança. Sendo assim, os dados do PEUL foram checados a partir de uma análise quantitativa segundo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança...

6.2. Análise Quantitativa

Como já afirmamos acima, o objeto de estudo desta dissertação, a expressão variável do sujeito de primeira pessoa do singular em orações infinitivas iniciadas pela preposição *para*, levou em conta originalmente as três variantes possíveis *eu*, *mim* e Ø. Contudo, como vimos, a baixa ocorrência do pronome *eu*, nas amostras 80(C) e 00(C), inviabilizou sua inclusão na análise quantitativa aqui proposta. Sendo assim, no âmbito desta dissertação a variação do sujeito de primeira pessoa em orações infinitivas iniciadas por *para* é binário, tendo *mim* e Ø como variantes. Contextos lingüísticos e extralingüísticos potencialmente relevantes para o uso das variantes foram propostos como variáveis independentes. Procedeu-se a uma análise multivariacional dentro dos parâmetros da Teoria da Variação.

Para verificar as hipóteses levantadas, utilizamos procedimentos metodológicos da Sociolingüística Quantitativa (Labov, 1972), (Guy, 1993), (Mollica e Braga, 2004) e Bailey (2002). Este instrumental metodológico nos permitiu, a partir da postulação de um conjunto de grupos de fatores, variáveis independentes, estabelecer aqueles que são relevantes, bem como a ordem de relevância em relação à escolha da variante.

Os resultados de cada amostra foram comparados para a verificação das eventuais mudanças.

Os procedimentos e o instrumental metodológico da Teoria da Variação e Mudança constituiu um meio eficaz para aferir a sistematicidade da variação e assim, mostrar que esta ocorre de forma regular e sistemática, conforme já mencionamos anteriormente. É importante reiterar que tanto a proposta dos grupos de fatores, a análise das correlações estatísticas quanto à interpretação dos resultados, envolvem conhecimento técnico não trivial. Através das etapas deste processo se elucidam os aspectos concernentes às diversas variáveis em questão.

Para a operacionalização das análises estatísticas, necessárias à verificação do efeito de cada grupo de fatores, utilizamos o pacote computacional Goldvarb 2001, cuja base matemática é explicitada em Sankoff (1988) e Naro (2004). Através do uso deste pacote foi possível verificar a freqüência e os pesos relativos associados a cada fator e a ordem de relevância estatística de cada grupo de fatores, necessários à compreensão da regularidade da variação e mudança da expressão de sujeito de primeira pessoa do singular em orações infinitivas iniciadas por *para*.

Os resultados estatísticos são analisados qualitativamente e interpretados.

7. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo tratamos da correlação entre as variáveis selecionadas pelo Programa Computacional Goldvarb 2001 e a escolha das variantes *mim* e *zero*. Os dados foram coletados a partir das amostras 80(C) e 00(C).

Apresentamos os resultados na ordem de seleção indicada pelo programa computacional. Os grupos de fatores estudados em 80(C) foram os mesmos analisados em 00(C). Ressaltamos que alguns destes grupos de fatores, contudo, foram neutralizados na segunda época em estudo. A ordem de seleção dos grupos em 00(C) foi a mesma de 80(C), se desconsiderarmos aqueles grupos de fatores não selecionados.

A rodada 80(C) teve significância de 0.002 e Input 0.11, enquanto que a rodada 00(C) teve significância de 0.007 e Input 0.13.

Os grupos de fatores das duas épocas são apresentados em duas seções: a) variáveis lingüísticas – função sintática, paralelismo, tipo de texto, modalidade, co-referência de sujeitos e natureza semântica do verbo; b) variáveis sociais – idade e idade e escolaridade.

7.1. VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS

7.1.1. Função Sintática da Infinitiva

O grupo de fatores "função sintática da infinitiva" foi proposto para testar se e até que ponto as variantes *mim e* Ø como sujeito da infinitiva se correlacionam ao grau de coesão sintática entre infinitiva e principal.

Foram categorizadas quatro situações quanto à vinculação entre a infinitiva iniciada por *para* e sua principal, três delas consideradas as de maior coesão, classificadas como

orações subordinadas: subjetiva, objetiva direta, e completiva nominal; e uma de menor coesão classificada como hipotática: a oração final.

É importante sublinhar que dada a especificidade das construções de *dativo com infinitivo* no português, o grau de vinculação com a principal varia não apenas segundo a função sintática da oração infinitiva, mas ainda, segundo o grau de integração de *para+ mim* no interior da oração principal (*dativo de opinião* ou *dativo objeto indireto*).

Vejamos, portanto cada uma dessas categorias.

7.1.1.1. Orações subjetivas

Codificamos como infinitivas subjetivas as orações que seguem verbos impessoais ou de ligação seguidos de predicativo, que não admitem sujeito na principal, conforme exemplo a seguir.

> (12) então, a gente fomos lá, ficamos cinco dias lá. ("as pessoas lá") fala engraçado, não fala assim de um jeito, para mim (Ø) entender, era um sacrifício <u>para *mim* (Ø) entender essas palavra</u>. (C04)[3]

A subordinada subjetiva é a infinitiva que apresenta maior distanciamento da principal, uma vez que *pra mim* é um elemento externo à oração principal (com mobilidade e autonomia). Há uma reinterpretação de *para mim* (dativo de opinião) como sujeito da oração infinitiva:

> (13) Foi um sacrifício <u>pra mim entender</u> (or. subjet.)

---

[3] Ernout e Thomas (1953) – baseados no francês – recusam esta análise para a construção que já existe no latim. Entretanto, a solução proposta (cf. (a) e (b), abaixo) não dá conta dos fatos aqui analisados. No que se segue mantemos o rótulo oração *subjetiva*, embora ressalvando que a idéia de um *sujeito* preposicionado deve ser compreendida no contexto particular do fenômeno estudado.

(a) Foi um sacrifício pra mim entender *as palavras*
(b) As palavras foram um sacrifício para mim entender

(14) Foi um sacrifício pra mim (dat op) + (eu) entender (or. subjet)

(15) Foi um sacrifício + pra mim entender (or subjet)

Esta reinterpretação faz surgir um elemento - a preposição *para* - separando a oração principal *foi um sacrifício* do sujeito da infinitiva *mim,* como se pode comprovar, comparando (16) e (17).

(16) Foi um sacrifício { (eu) entender }

(17) Foi um sacrifício PARA { (mim) entender }

Observemos outro exemplo:

(18) Gosto mesmo é de viajá. É interessante para mim (Ø) visitá as pessoas. (T20)

(19) É interessante para mim (dat de op) + Eu visitá as pessoas. (or. sub)

(20) É interessante + para mim conviver com ela (or. sub)

Assim como observamos acima, a subordinada subjetiva é a infinitiva que apresenta maior distanciamento. Há em primeiro lugar uma reinterpretação de *para mim* (dativo de opinião) como sujeito da oração infinitiva.

Como apontamos anteriormente, esta reinterpretação faz surgir a preposição *para* separando a oração principal da infinitiva.

Comparando-se a forma reduzida à desenvolvida, percebe-se a inserção do *para*.

(21) É interessante {(eu) visitá as pessoas.}

(22) É interessante PARA {(mim) visitá as pessoas.}

Com isso, observamos que a presença do elemento separador faz da relação principal - infinitiva subjetiva a mais distante.

7.1.1.2.Orações objetivas

A subordinada objetiva também é distanciada. Novamente, a preposição *para* separa as duas orações. Aqui, porém, o dativo da principal *para mim*, reinterpretado como sujeito da infinitiva, não é dativo de opinião, como nas subjetivas, mas sim um *dativo objeto indireto*, ou seja, um argumento da principal. *Para mim* é reinterpretado como sujeito da infinitiva, mas, ao mesmo tempo, como parte da oração principal.

(23) Aí o moço veio pedir <u>para *mim* (Ø) ir dançar</u>. (C31)

(24) Aí o moço veio pedir *para mim* (dat op) + (eu) ir dançar (or. objet)

(25) Aí o moço veio pedir + *pra mim* ir dançar (or objet)

Comparando-se a forma reduzida (26) à forma desenvolvida (27) percebe-se a inserção de *para* em (26) como uma forma separadora inexistente em (27):

(26) Pediu PARA { (mim) ir dançar }

(27) Pediu { (que) (eu) fosse dançar }

Observemos outro exemplo:

(28) Mas voltá para ele, eu não quero mais. Ele ainda pede para mim (Ø) voltá. (T15)

(29) Ele ainda pede *para mim* (dat obj ind) + eu ir dançar (or objetiva)

(30) Ele ainda pede + para mim ir dançar (or objetiva)

Comparando-se a forma reduzida e a desenvolvida, percebe-se a inserção do *para*.

(31) Ele ainda pede PARA {(mim) ir dançar.}

(32) Ele ainda pede {(que) (eu) vá dançar.}

Assim, observamos que nas objetivas parece haver um distanciamento, embora menos marcado que nas subjetivas, entre subordinada e principal devido à presença da preposição *para*.

7.1.1.3. Orações finais

As orações infinitivas finais se distinguem das subordinadas precedentes pelo fato de a preposição *para* que precede o sujeito da infinitiva não funcionar como dativo da principal e sim, como introdutor da oração final. Ou seja, esta preposição *para* não separa a oração final de sua principal.

A seguir, apresentamos exemplos de finais em cujas principais simplesmente não ocorrem nenhum dativo.

(33) Eu ia passar lá. Mas a hora que a gente terminar, eu vou dar uma chegada lá na veterinária para Ø (mim) ver. (C26)

(34) vou dar uma passada lá + {pra mim ver..}

A interpretação (35) é impossível:

(35) * vou dar uma passada lá pra mim + {ver}

Observemos outro exemplo:

(36) Acordo todo dia seis horas para Ø (mim) ir para a escola. (T02)

(37) Acordo todo dia seis horas + {para mim ir para a escolar.}

A interpretação (38) é impossível:

(38) * Acordo todo dia seis horas *para mim* + {ir para a escola.}

Outro tipo de final, exemplificado a seguir, é aquele em que ocorre um dativo *para mim* na principal.

(39) Sabe, que eu nunca <pen-> eu nunca pensei, assim, em botar uma casa. O homem vai botar uma casa para mim (Ø) morar. (T05)

(40) ...vai botar uma casa pra mim morar

(41) ...vai botar uma casa para mim + {para mim morar }

Observemos outro exemplo:

(42) Abria uma casa pra bota... uma de repouso pa botá os velho, outra casa eu ia abrí pra mim morá. (T08)

(43) Eu ia abri para mim + {para eu morá}

Observamos que, apesar da principal apresentar este dativo objeto indireto, aqui também não há separação: a preposição *para* que antecede a infinitiva é o introdutor da oração final.

Comparando-se a reduzida com a infinitiva, temos:

(44) Eu ia abri uma casa {para mim morá.}

(45) Eu ia abri uma casa {para que (eu) morasse.}

Apesar de a principal apresentar um dativo objeto indireto, aqui também não há separação: a preposição, uma vez que *para* que antecede a infinitiva, é o introdutor de oração final. A oração infinitiva é introduzida por *para* e, portanto, não pressupõe nenhuma reinterpretação. O *mim* da principal, dativo objeto indireto, não é reinterpretado pela infinitiva final: esta tem seu próprio sujeito.

Até aqui a seqüência de operações é idêntica ao do exemplo (25). A preposição *para* da final não a separa da principal. Ao contrário, o dativo objeto indireto se superpõe ao sujeito da infinitiva constituindo uma construção de dativo + infinitivo paralela à de acusativo + infinitivo proposta neste trabalho.

Em suma, em ambos os tipos de oração final, parece-nos que elas estão mais próximas da principal do que as subjetivas e objetivas.

7.1.1.4. Completivas Nominais

As gramáticas classificam as completivas nominais como substantivas. Azevedo (2000) faz menção a um tipo de oração que denomina atributiva, que expressa a idéia de fim ou propósito. O autor também cita também Kury (1986) que inclui, entre as substantivas, uma oração "completiva nominal com idéia de finalidade". Pode-se supor, portanto, que as completivas nominais e as de finalidade apresentam pontos de convergência.

Neste trabalho, constatamos que embora as completivas sejam encaixadas, e as finais hipotáticas, ambas apresentam as mesmas propriedades, conforme exemplo (28).

(46) No balcão, não parava. Cheguei em casa toda estourada. Não sei como é que eu tive ânimo, ainda, para Ø (mim) ir para o baile.

(47) eu tive animo + { para mim sair}

Observemos outro exemplo:

(48) Eu agarrei no gol, foi fogo. E eu doido para Ø (mim) sair. (T16)

(49) Eu doido + {para mim sair}

Há um introdutor *para* da oração infinitiva e não uma preposição *para* de um dativo da principal reinterpretado como sujeito. Por estas características, a completiva nominal, tal como a final, parece se relacionar mais proximamente com a oração principal.

Partindo do Principio de Iconicidade (Givón, 1990), levando em consideração o subprincípio da proximidade, levantamos a hipótese de que estruturas oracionais separadas por *para*, como as subjetivas e objetivas, favoreceriam o sujeito explícito, enquanto estruturas

não separadas por *para* favoreceriam o uso da variante zero. Para testá-la, analisamos a função sintática da oração infinitiva na amostra 80(C), conforme tabela abaixo.

FATORES	APL/TOTAL	%	P R
Subjetivas	19/22	86%	.98
Objetivas	22/61	36%	.80
Finais	73/461	15%	.45
Completivas	5/47	10%	.43

TABELA 1: Efeito da função sintática da infinitiva sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os resultados da tabela 1 mostram que as orações subjetivas apresentam os índices mais altos da variante mim. (.98). Como vimos acima, estas são as que parecem apresentar maior distanciamento entre infinitiva e principal, separadas pela inserção de *para* originado de um dativo de opinião reinterpretado como sujeito. Esta condição favorece a presença da variante *mim*, corroborando a hipótese de que a menor proximidade entre as orações favorece a explicitação do pronome. .

Em segundo lugar, temos as orações objetivas diretas que também favorecem a variante com índice bastante elevado (.80). Vimos acima como um dativo de opinião da principal é reinterpretado como sujeito da oração infinitiva subjetiva. No caso da objetiva ocorre o mesmo efeito: a inserção de *para* favorece marcadamente o uso da variante *mim*. Aqui, porém, o dativo da principal é um objeto indireto, portanto, um argumento de verbo transitivo. A sua reinterpretação como sujeito não elimina a interpretação original como objeto indireto. A manutenção deste vínculo explica a redução de 18 pontos que estabeleceu a diferença entre as taxas da objetiva e subjetiva.

Em seguida, os resultados das finais e completivas nominais com os índices mais baixos – respectivamente (.45) e (.43). Quanto às finais, vale ressaltar que este é o contexto mais produtivo (78% dos dados da amostra). A taxa da variante mim é de (.45). Por outras palavras, as finais tendem ligeiramente a não explicitar o pronome sujeito. Assim como vimos, a ausência de um fator de separação - a inserção da preposição *para* - levaria à maior aproximação entre as orações (variante zero),

O resultado para as completivas nominais é semelhante (.43). O que, embora às afaste das demais subordinadas, era até certo ponto previsível, uma vez que obedecem ao mesmo padrão descrito acima para as finais.

A esta altura cabe indagar: como explicar uma variante de sujeito *mim* em construções finais (cf. 39 e 42) se, como defendemos, não há neste contexto um dativo que seja reinterpretado na oração principal?

Uma hipótese que poderíamos levantar é a de generalização dos contextos favorecedores de *mim* para os demais, o que foi desconsiderado, pois, a freqüência das subjetivas e objetivas somadas é menor (41 dados) do que a freqüência das que supostamente seriam sensibilizadas por elas (78).

Diante deste impasse, procedemos a um levantamento exaustivo das ocorrências de *para* seguido de cada um dos pronomes pessoais e das ocorrências de *mim* precedido de cada uma das preposições encontradas na amostra analisada (cf. ANEXOS 1 e 2). Os resultados revelaram que em ambas as direções *para mim* é a seqüência mais freqüente. Talvez esteja aí a resposta procurada. O emprego do pronome explícito em contextos desfavorecedores pode estar ligado à alta freqüência de uso do *para mim* no discurso (Bybee e Hopper, 2001).

Este grupo de fatores também foi selecionado pelo programa computacional na rodada da amostra 00(C). Apresentamos os resultados na Tabela 2, a seguir.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
Objetiva	14/40	35	.73
Completiva	5/28	17	.47
Final	23/172	12	.45
Subjetivas	0/13	Knock-out	

TABELA 2: Efeito da Função Sintática da Oração Infinitiva sob a variante *mim* – 00(C)

Os resultados da tabela 2 mostram que as orações objetivas apresentam os índices mais altos (.73). Como vimos acima, estas são as orações, em análise, que apresentam maior distanciamento entre infinitiva e principal. Em segundo lugar, temos os resultados das completivas e das finais (.47 e .45, respectivamente). Quanto às finais, vale ressaltar que este continua sendo o contexto mais produtivo (72% dos dados do *corpus*). A diferença entre completivas e finais é estatisticamente irrelevante, confirmando a proximidade destas duas categorias. Ambas tendem ligeiramente a não explicitar o pronome sujeito da infinitiva. Assim como vimos, a ausência de um fator de separação – preposição *para* – levaria à maior aproximação entre as orações (variante zero).

Para explicar o uso de uma variante *mim* em construções finais, considerando a ausência de dativo nas mesmas, procedemos a um levantamento exaustivo das ocorrências de *para* seguido de cada um dos pronomes pessoais e das ocorrências de *mim* precedido de cada uma das preposições encontradas na amostra analisada, como já havíamos feito com a Amostra Censo. Os resultados revelaram que em ambas as direções *para mim* é a seqüência mais freqüente. Talvez esteja aí a resposta procurada. O emprego do pronome explícito em contextos desfavorecedores pode estar ligado à freqüência do uso de *para mim* no discurso.

Assim, apresentamos a seguir os resultados obtidos para a variável *função sintática da principal* nas duas épocas em estudo.

FATORES	80(C)			00(C)		
	APL/TOTAL	%	PR	APL/TOTAL	%	PR
Subjetivas	19/22	86%	.98	0/13	Knock-out	
Objetivas	22/61	36%	.80	14/40	35%	.73
Finais	73/461	15%	.45	5/28	17%	.47
Completivas	5/47	10%	.43	23/172	12%	.45

TABELA 3: Efeito da função sintática sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

Observa-se que o efeito da variável função sintática não sofreu grandes alterações, se compararmos as duas épocas em estudo. As subjetivas não aparecem na análise multfatorial da amostra 00(C), mas a distribuição dos fatores nos dois casos é idêntica: as objetivas favorecem o *mim* e a proximidade que existia na amostra 80(C) das finais com as completivas, (.45) e (.43), respectivamente, se manteve na amostra 00(C), completivas (.45) e finais (.47).

7.1.2.Paralelismo

O princípio do paralelismo lingüístico diz respeito à ocorrência em cadeia de determinada construção. Este, contudo, nem sempre foi seu rótulo. Uma revisão da literatura aponta este mesmo fenômeno sendo tratado como: gatilho, traço propulsor, repetição, etc.

Muitos autores já comprovaram a força deste princípio. Citemos Scherre (1988), que em sua tese de doutorado analisou a influência do paralelismo em diversos fenômenos lingüísticos, verificados a partir de diferentes línguas, como: espanhol, inglês, francês, quechua, crioulo caboverdiano e português.

Shana Poplack foi uma das primeiras variacionistas a fazer uso dele, ao estudar o apagamento do [–s] plural no espanhol de Porto Rico (1980a e 1980b). Nestes trabalhos, a

denominação do que entendemos aqui como paralelismo recebe o nome de posição e marcas precedentes, sendo atestado como um dos fatores mais relevantes para a pesquisa. A autora concluiu que marcas de plural levavam a marcas de plural, enquanto que a ausência da mesma levava a sua ausência nos contexto seguintes.

Em Paredes Silva (1988) encontramos o efeito do paralelismo na variação entre a presença e a ausência do sujeito. A autora conclui:

> ...em ocorrências não-sucessivas, há certo equilíbrio na escolha das duas variantes, contudo, em ocorrências sucessivas há um forte condicionamento para zero seguir-se a zero (92%), embora não para eu seguir-se a eu, (24%).
> (PAREDES SILVA, 1988: 193-194)

Em outras palavras, a autora mostrou que o efeito do paralelismo é forte quando em contextos de sujeito zero, sendo enfraquecido em contextos de presença pronominal. Com isto ela confirmou parcialmente, provavelmente devido ao tipo de dado do discurso analisado em seu trabalho (conforme a própria autora admite), o que já estava sendo verificado nos estudos sobre o paralelismo: "marcas conduzem a marcas e zeros a zeros" (Paredes Silva, 1988: 194).

A partir dessas indicações, decidimos investigar a variável paralelismo para verificar se o mesmo efeito ocorria na construção *para 1ª PS Infinitivo*. Consideramos como ambiente limite para que determinada oração fosse considerada paralela à outra o turno de fala do informante, não verificando, nas amostras analisadas, a presença das variantes no turno do entrevistador, com o possível efeito de gatilho. Categorizamos a variável da seguinte maneira:

a) Única oração: em que a construção com a variante *mim* ou *zero* ocorre isoladamente, ou seja, não precedida, nem seguida, de construções *para mim/Ø infinitivo*, conforme (50) e (51).

> (50) Ela falou assim: "Você sabe o que que é paralisia?" Pensei duas vezes. Eu ia falar assim: "Sei, que a senhora me chamou uma vez." Mas eu pensei duas vezes para Ø (mim) não falar isso. (riso) (C52)

> (51) Faço tudo, confiro o meu material para mim (Ø) vê se ta certo, e depois vou para a escola. (T02)

b) Inicial: em que a variante (*mim* ou *zero*) na construção *para 1ª PS Infinitivo* é seguida da mesma variante (*mim* ou *zero*) no contexto seguinte, conforme (32).

> (52) Então a gente fomos lá, ficamos cinco dias lá. ("as pessoas lá") fala engraçado, não fala assim de um jeito, eu para mim (Ø) entender, era um sacrifício, para mim (Ø) entender essas palavra. (C04)

> (53) Eu era doidinho para Ø (mim) dirigi assim, quando a gente ia saí de carro descia na frente na garagem para Ø (mim) poder ligá o carro e ficá esperando. (T03)

Observe-se que a primeira construção *para 1ª PS Infinitivo* é seguida por uma segunda construção *para 1ª PS Infinitivo*.

c) Paralela: em que a variante *mim* da construção *para 1ª PS Infinitivo* segue outra variante *mim* em construção *para 1ª PS Infinitivo*, conforme (33).

> (54) Ele vai me arrumar para mim (Ø) poder entrar na Funabem. Só para mim (Ø) ver as criança.

> (55) Aí eu sou terrível para mim (Ø) saí. Aí ela "Tu não vai saí final de semana que vem! Pode pará, pedi para ninguém mais te ligá, que num sei quê, que num sei quê lá!" Aí eu falei assim: caraça! E no sábado, que no caso será esse sábado que passou agora, não esse sábado agora que ela falo que eu num ia saí e sábado agora já tem uma festa para mim (Ø) ir. (T12)

d) Não-Paralela: em que a variante *mim* da construção *para 1ª PS Infinitivo* ocorre após a variante zero da construção *para 1ª PS Infinitivo* conforme (34).

(56) Se der para Ø (mim) me formar, tudo bem, não é? Se não der eu ir arranjar uma coisa melhor para mim (Ø) viver minha vida, eu sozinha, sabe? (C05)

(57) Eu penso em estudar para Ø (mim) ter um futuro melhor Não é para mim (Ø) menosprezar os outros, mas sou mais de ter uma profissão bem melhor. (T03)

A hipótese deste grupo de fatores é que a presença pronominal leva à presença pronominal. Analisamos então os resultados da amostra 80(C), conforme tabela abaixo.

FATORES	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
Única	98/473	20%	.53
Inicial	6/49	12%	.33
Paralela	11/14	78%	.95
Não paralela	3/55	5%	.20

TABELA 4: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os índices acima mostram que o maior número de ocorrências encontradas foi em situações isoladas, 473 casos, a maioria dos dados. A presença da variante *mim* favorece (.95), enquanto que a variante zero desfavorece (.20) a ocorrência de *mim*. Confirma-se assim que o pressuposto do paralelismo, antes discutido por Poplack, Scherre, Paredes Silva, e tantos outros, é atuante no presente fenômeno, pois presença leva a presença e zero a zero.

Por último, mas não menos interessante, devemos salientar que o total de 49 dados iniciais não coincide com a soma de após mim + após zero porque há seqüências de mais de duas construções, conforme (58).

(58) É o Andrade também, tem o técnico Carlos Alberto Torrez eu gosto desse time tem, aliás, para (mim) falar, para (mim) não falar o

> nome dos jogador todo, eu gosto do time todo. Tem Raul, tem Abelha, tem Cantareli. Eu gosto do time todo. Não vou falar para (mim) não cansar muito a minha boca. (C51)

Este grupo de fatores também foi selecionado pelo programa computacional, conforme resultados apresentados pela tabela a seguir.

FATORES	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
Única	36/184	19%	.56
Inicial	4/32	12%	.47
Paralela	2/5	40%	.84
Não-paralela	1/32	3%	.16

TABELA 5: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

Os índices acima mostram que o maior número de ocorrências encontradas foi em situações isoladas, 184, a maioria dos dados. A paralela à variante *mim* favorece (.84), enquanto que a variante não paralela, favorece zero desfavorece (.16) a ocorrência de *mim*. Confirma-se assim, que o pressuposto do paralelismo, por diversos pesquisadores, como apresentamos no capítulo anterior, é atuante no presente fenômeno, pois presença leva a presença e zero leva a ausência.

Assim, apresentamos a seguir os resultados obtidos para a variável paralelismo, nas duas épocas em estudo.

FATORES	80(C)			00(C)		
	APL/TOTAL	%	PR	APL/TOTAL	%	PR
Única	98/473	20%	.53	36/184	19%	.56
Inicial	6/49	12%	.33	4/32	12%	.47
Paralela	11/14	78%	.95	2/5	40%	.84
Não paralela	3/55	5%	.20	1/32	3%	.16

TABELA 6: Efeito do paralelismo sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

Ao observar a tabela 6 verificamos que os resultados para a amostra 80(C) obedecem à mesma distribuição dos da Amostra Tendências. Na Amostra Censo, o paralelismo é favorável ao aparecimento de *mim* (.95), enquanto que os outros fatores: única (.53), inicial (.33) e não paralela (.20), não favorecem o surgimento de *mim*. O mesmo perfil é obtido na amostra 00(C): o paralelismo é favorável ao aparecimento de *mim* (.84), enquanto que os outros fatores: única (.56), inicial (.47) e não paralela (.16), não favorecem o surgimento de *mim*. Há, contudo, na Amostra Tendências, um peso relativo de (.56) para as construções únicas, que mostra uma pequena tendência para o favorecimento de *mim*, mas que é muito inferior ao (.84) do contexto paralelo nesta mesma época.

7.1.3. Tipo de Texto

Neste item estudamos a interferência do tipo de texto no uso variável do pronome sujeito *mim* em alternância com zero.

Na literatura específica o conceito de tipo textual muitas vezes se confunde com o de gênero. Os lingüistas ainda não chegaram a um consenso sobre o uso destes termos.

Esta controvérsia é evidente em Paredes Silva (1996). A autora coteja duas propostas antagônicas: por um lado Schiffrin (1984), que defende o rótulo tipo de texto, por considerar que gênero textual esteja mais próximo de análises literárias. Por outro Biber (1988), propõe uma distinção entre tipo de texto e gênero textual de acordo com critérios externos e internos.

As categorias de gênero levam em consideração o uso, a intenção do autor. Os tipos de textos seriam agrupados segundo a forma.

Outro lingüista também citado por Paredes Silva (1996) é Marcuschi (1992). Este faz distinção entre espécie de texto e tipo de texto. Espécies de texto designam classificações empíricas de textos encontrados na vida cotidiana. O tipo de texto funda-se em uma teoria. Ainda segundo a autora, os conhecimentos tipológicos estão relacionados a construtos teóricos e não ao conhecimento comum. Por fim, ela ressalva que no final de sua obra, Marcuschi acaba por reconhecer que só se fale em espécies de texto, o que se deveria atribuir ao nosso estado atual de conhecimento. Mais adiante em sua argumentação, a autora afirma que Marcuschi (1995) passa a utilizar o termo gênero no lugar de espécie de texto. Diante deste impasse, Paredes Silva fala sobre a necessidade de se estabelecer parâmetros que possam distinguir tipo e gênero textual. Segundo a autora:

> Uma categorização dos gêneros de discurso ou uma tipologia textual pode envolver critérios de diferentes ordens. A partir destas colocações iniciais, vemos que é possível distinguir ao menos dois planos: o plano das unidades de uso – empírico, portanto – e o plano dos construtos teóricos. No sentido de procurar esclarecer melhor os diferentes aspectos das categorizações existentes, proponho que a classificação seja considerada em diferentes níveis.
> (PAREDES SILVA, 1996:177)

Com isto, a autora faz algumas considerações sobre estes níveis, baseando-se em aspectos lingüísticos para melhor distinguir gênero de tipo textual.

Assim, a partir do exposto e baseando-nos em Marcuschi *et alii* (2005), assumimos que o gênero textual está ligado ao uso, e, portanto ao conhecimento comum. A entrevista sociolingüística, de onde foram extraídos os dados analisados nesta dissertação, é então, um gênero textual. Dentro deste, contudo, podem existir diversos tipos de texto como a argumentação e a narração. Estes respeitam construtos teóricos e são explicados por

referência a determinado quadro teórico. O mais importante, contudo, é termos em mente que existe um plano relacionado ao uso, empírico, e outro ligado à tecnicidade lingüística.

Passamos a descrever os tipos de textos relevantes para este trabalho, os quais se mostraram presentes no *corpus*.

Comecemos nossa análise pela argumentação. Este tipo de texto tem sido mencionado desde a Grécia Antiga. Seus fundamentos encontram-se principalmente na obra de Aristóteles sobre lógica, retórica e dialética. A lógica estava ligada à distinção entre forma e substância: a lógica aristotélica identificava as formas dos argumentos que podiam transmitir uma noção de verdade em detrimento de outras afirmações, que teriam de ter sua veracidade determinada. Esta era de caráter universal, podendo qualquer assunto ser contemplado. A retórica clássica, por sua vez, se relacionava com a persuasão, a capacidade de convencer seu interlocutor. Já a dialética tinha estreita relação com a discussão crítica, com o questionamento. Este conjunto formava os pilares para a análise da argumentação, que segundo Eemeren, Grootendorst e Jacobs (2000), estava relacionada à melhoria do discurso e seus efeitos na sociedade.

Atualmente, a análise do discurso tem trabalhado, dentre outras manifestações discursivas, com a argumentação, Através de trabalhos de análise lingüística, tenta-se compreender e analisar este tipo de texto, traçando suas características peculiares, algumas apresentadas adiante.

O conceito de argumentação está ligado à noção de que quem argumenta o faz com o objetivo de convencer seu interlocutor a respeito de determinado ponto de vista. Para chegar a este fim, é necessário ter-se uma linha de raciocínio consistente e até apresentar provas e evidências que possam corroborar a opinião que pretendemos defender (Garcia, 2004). Estas provas podem ser fatos, exemplos, testemunhos, etc.

Para Charaudeau e Maingueneau (2004) o interlocutor, em uma argumentação, é considerado como um *alter ego* do argumentador, alguém com quem este deseja partilhar seus

pontos de vista. Provavelmente seja por isso que o falante faça uso de provas que, antes de satisfazerem seu interlocutor, o satisfazem. Não é comum, salvo situações muito especiais, que um argumentador use evidências com a finalidade de convencer outra pessoa se tais provas não o convencem também.

Observemos o seguinte exemplo:

> (59) *Conversando sobre futebol*
> Eu jogava, agora não dá para mim (Ø) jogar mais. Porque eu não posso mais fazer muito esforço. O médico proibiu. Mas quando eu jogava era legal. ais lá é futebol. (C54)

Em (59), o falante passa a defender seu ponto de vista a partir da segunda oração. Ele está certo de que não pode mais jogar e vai argumentar ao seu interlocutor de modo a justificar e comprovar sua tese e assim fazer com que este aceite o fato de que no presente está impossibilitado de praticar o esporte. Observemos que é apresentada uma justificativa, *porque eu não posso mais fazer muito esforço*, é a prova irrefutável para ambos, falante e interlocutor: quem duvidaria da palavra de um médico? Assim, as provas e evidencias são cruciais no processo argumentativo, pois é a partir delas que o emissor consegue argumentos para convencer o receptor da mensagem de sua idéia, de seu ponto de vista.

Os mesmos autores afirmam ainda que o ato de argumentar é igual ao encadeamento de proposições e terminam concluindo que enunciar é equivalente a argumentar, pois desenvolvemos determinados sentidos em detrimento de outros. A argumentação é construída através de uma seqüência discursiva (lógica). Este encadeamento deve ser internamente coerente a fim de que o processo argumentativo atinja seu objetivo.

Existem ainda, marcas formais, chamadas pela lingüística atual de marcadores discursivos, que caracterizam a argumentação. Segundo Silva e Macedo (1996) as formas: "*agora, não, não mas, é mas, sim mas*", são alguns exemplos. As autoras lembram-nos de que

estas expressões introduzem argumentações geralmente contrárias ao discurso anterior. Ou seja, há quebra de expectativa, Gryner (2006). Observemos o exemplo a seguir;

> (60) *Conversando sobre figurinhas em cadernos:*
> E- E você pega eles de vez em quando para olhar? Você pega?
> F- <Hum-hum> Às vez eu corto as figurinha para (Ø) colar em caderno.
> E- E você coloca as figurinhas tudo no seu caderno?
> F- É mas eu esse ano eu não boto não. Porque acho que fica feio. Minha mãe não gosta! (C59)

No exemplo (60), observamos que os marcadores contrastivos anunciam a ruptura da expectativa, ao mesmo tempo em que servem como recurso argumentativo. Em (57) o marcador *é mas* serve como uma estrutura de ruptura entre o que era uma ação habitual e os argumentos que o levam a não mais agir daquela forma.

O segundo tipo de texto encontrado foi a narrativa.

Desde os tempos mais remotos verificamos que o homem tem o costume de relatar eventos (acontecidos e imaginados). Mesmo antes da escrita, as aventuras humanas eram contadas pictoricamente nas paredes das cavernas. Mais tarde, já organizados, segundo nossos conceitos atuais de organização social, vivenciamos a fase da transmissão oral, época em que as realizações da humanidade eram transmitidas oralmente entre as pessoas, sendo muitas vezes em forma musical. Com o passar do tempo, os livros registraram tais manifestações, presentes até os dias de hoje.

Em nosso *corpus* há três tipos de textos narrativos: a) narrativa típica: relato de evento no passado (perfeito), b) experiência de vida: relato de evento no passado (imperfeito) e c) presente: relato de eventos no presente (habitual).

Apresentamos a seguir um exemplo de narrativa propriamente dita.

> (61) *Conversando sobre o a vida escolar do informante:*
> Aí me levou lá para dentro, aí [fêz]. Aí fez aquela armação, a de cinco para mim botar resultado, que ela estava me ajudando. aí terminei, vim

> para casa, vim cansadão, (respirou ofegante) fui lá, lanchei, vim para cá deitei um pouco, ele começou a me pertubar, falei para minha mãe, minha mãe mandou ele para rua, para ele brincar. aí fiquei, depois quando foi seis horas me levantei, também levei um (muxoxo) tomei um banho, aí descansei. No outro dia, professora perguntou onde estava o (muxoxo) negócio mostrei a ela, foi lá mandou eu guardar. (C51)

O exemplo anterior se caracteriza como uma narração prototípica. Trata-se de um relato em que há uma seqüência de eventos com verbo no pretérito perfeito (Paredes Silva 1996) e (Silva e Macedo, 1996). Marcadores discursivos organizam explicitamente o encadeamento cronológico dos acontecimentos narrados, como *aí* e *no outro dia*. O falante está retratando os acontecimentos sucedidos com ele em determinado momento. A ocorrência de seqüências coordenadas como *fui lá, lanchei, vim para cá deitei um pouco*, transmite ao ouvinte, iconicamente, a ordem dos eventos no tempo. Este é um exemplo típico de narração entendida como o relato de um evento ocorrido no passado.

Apresentamos a seguir um exemplo de descrição de vida.

> (62) *Falando sobre trabalho:*
> Porque quando novo, você vê, com oito anos eu já me virava para Ø (mim) ganhar dinheiro para Ø (mim) ajudar minha mãe.
> (C42)

Definimos descrição de vida segundo Silva e Macedo (1996). As autoras propuseram esta categoria com base na análise das entrevistas da Amostra Censo. Trata-se de um tipo de texto que, embora compartilhe algumas características com as narrativas, apresenta particularidades, como a de ser: "um relato de fatos habituais no imperfeito" (Macedo e Silva, 1996:15) No exemplo anterior o informante *já se virava*. Como se vê, o falante quando criança, no passado, costumava se virar para ganhar dinheiro e ajudar sua mãe.

A despeito das diferenças formais, existem semelhanças entre a descrição de vida e a narração, pois em ambas o seu enunciador relata algo que ocorreu em algum momento passado. O que as distingue é o aspecto habitual e perfectivo, respectivamente.

Apresentamos a seguir um exemplo de presente habitual.

> (63) *Falando sobre suas dificuldades:*
> Hoje eu não enxergo mais para Ø (mim) limpar as coisas, quase não enxergo, não leio mais, né? Não leio jornal, quase não vejo televisão direito.
> (C03)

Não menos interessante do que o precedente se mostrou o último tipo textual: o relato habitual no presente. Observe-se que o falante relata um fato habitual no presente, marcado formalmente pelo presente do indicativo, além do dêitico temporal *hoje*.

Neste trecho o falante relata a situação habitual que vivencia no momento da entrevista, possível mesmo de ser testemunhada pelo entrevistador.

Assim, a postulação da variável tipo de texto se baseia na hipótese de que os tipos textuais se constroem sobre eventos/estados mais próximos ou mais remotos em relação ao momento da enunciação e que maior ou menor proximidade temporal tende a favorecer ou desfavorecer o emprego das variantes.

Vimos, portanto, que eventos/estados, constitutivos dos diferentes tipos textuais, apresentam diferentes relações com o momento da enunciação (Bybee, 1985). Narrativas típicas e experiências de vida no passado são anteriores à enunciação. Ao contrário, experiências habituais de não-passado e de argumentação se constroem sobre eventos/estados presente, futuro ou em tempo genérico não determinado.

A hipótese subjacente ao grupo de fatores tipos de texto pressupõem que conteúdos mais próximos estariam correlacionados a *mim*, enquanto que mais distantes favoreceriam o zero. A tabela 3 descreve a distribuição estatística da variante *mim* nestes contextos.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
Experiência de Vida	18/61	29	.75
Narração típica	32/109	29	.66
Argumentação	66/369	17	.44
Relato habitual	3/52	5	.26

TABELA 7: Efeito do tipo de texto sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os dois primeiros tipos de texto não apresentaram uma diferença estatística muito pronunciada, ambos privilegiando o uso de *mim*. Tanto na narrativa típica quanto na experiência de vida, os eventos narrados estão no passado, distantes do momento da enunciação.

Semanticamente, a diferença entre os dois tipos de texto é de natureza conceptual: a narrativa típica apresenta os eventos encadeados no tempo perfeito, ou seja, como situações completas, interpretadas como já completadas no momento da enunciação.

As descrições de vida, habitual no passado, têm o verbo no imperfeito. Esta forma verbal, além da função prototípica de tempo de comentário, em contraste com o perfeito, tem uma função secundária difundida nas línguas do mundo, como tempo "mítico", isto é, aquele das narrativas fantásticas (era uma vez ou havia um rei), Assim, apresentou resultados estatísticos que revelaram a mais alta taxa de *mim* (.75), o que confirma a hipótese proposta.

A narrativa típica apresenta os eventos encadeados cronologicamente com verbos no perfeito, isto é, são interpretados como já completados (no momento da enunciação). Está, portanto mais relacionada, de certa forma, ao momento da enunciação do que a descrição de vida. Assim, tem taxas (.66) ligeiramente mais baixas que as precedentes.

A narrativa típica, o segundo tipo de texto mais usado, tende a favorecer o *mim* como era previsto pela nossa hipótese.

Nos dois tipos de texto seguintes, argumentação e relato habitual no presente, o infinitivo tende a ocorrer com sujeito não explícito, isto é, há desfavorecimento da variante *mim*. Estes contextos são precisamente os mais próximos do momento de fala.

Na argumentação, o tempo, em geral, é o presente genérico.

No enunciado (60) o falante argumenta contrastando dois momentos de não-passado: habitual no presente e habitual no futuro. O que distingue este tipo de texto é que não se trata de narrativa; o contraste *colar / não colar* orienta a argumentação visando a convencer o interlocutor de que *não cortará*.

O relato de experiência habitual e pessoal no presente, tal como aqueles encontrados no *corpu*s, é o tipo de texto que mais desfavorece a variante *mim* (.26) (ressalve-se novamente o número reduzido de dados (52)). Corroborando o previsto na hipótese, este é também aquele tipo de texto cujo conteúdo se refere a eventos/estados temporalmente mais próximos do momento da enunciação.

Não apresentamos os resultados da amostra 00(C) para este grupo de fatores porque estes se mostraram neutralizados.

7.1.4. Modalidade

Com a finalidade de conceituarmos a modalidade, fazemos um breve percurso histórico. Pois, como apresentamos a seguir, esta não teve sua gênese na lingüística. Antes da lingüística, a lógica já fazia uso do termo modalidade. Esta era compreendida em dois sentidos, um estreito e outro amplo. Em um sentido estreito, aristotélico, a modalidade tinha relação com modificações no conteúdo da proposição, que poderia ser reforçado ou enfraquecido. Este enfraquecimento se dava pelo acréscimo de uma idéia de necessidade, impossibilidade, possibilidade ou contingência. Já em um sentido amplo, uma sentença

qualquer ou construída na forma de proposição completiva (Charaudeau e Maingueneau, 2004) era classificada como modal.

No modelo lógico o valor de verdade de uma proposição é definido de acordo com a necessidade e a possibilidade. A necessidade e a possibilidade relacionam-se entre si com os mecanismos da negação. Uma proposição p é necessariamente verdadeira, quando sua negação não é necessariamente verdadeira. Uma proposição p é possivelmente verdadeira quando sua negação não é necessariamente verdadeira.

Classificam-se as modalidades, tradicionalmente em lógicas, espstêmicas e deônticas. A necessidade epistêmica relaciona-se ao valor de verdade de uma proposição. Trata-se do conhecimento ou crença que o indivíduo possui sobre o conteúdo das proposições que enuncia. Na modalidade deôntica, as proposições referem-se aos atos realizados pelos agentes. Estes são normalmente responsáveis pelos fatos que os sujeitos que enunciam as proposições podem impor, impedir ou permitir para a realização dos atos aos quais se referem tais proposições. Por este motivo, a modalidade deôntica tem relação com as regras de moral, conduta e deveres (Palmer, 1990 e Lyons, 1978).

É importante sublinhar, no entanto, que embora herdeira dos lógicos, a modalidade lingüística é diferente da noção apresentada pela lógica. Na situação lingüística, existem informações e provas, que funcionam como evidências fornecidas pelo falante e que tornam a proposição verdadeira ou necessária para o participante da interação. Ele indica fontes que dão credibilidade ao seu enunciado ou apresenta o que é necessário para a sua realização, ou ainda, pode deixar claro para seu interlocutor o grau de importância que atribui ao tema em discussão (Lyons, 1978).

Para a lingüística, o que antes era tratado com processos de abstrações mentais, passou a ser uma categoria semântica, embora ainda envolvesse elaborações conceptuais. Por se tratar de processos mentais, a modalidade é uma categoria tipológica universal. Suas

categorias são desprovidas de limites (Palmer, 1990). Assim, a modalidade configura-se de diversas maneiras, de acordo com as estruturas das línguas, através de diferentes níveis lingüísticos, sejam lexicais, sintáticos ou suprasseguimentais (Palmer, 1986).

A partir de uma visão semântico/pragmática, o fato central para determinar os tipos de modalidade é o contexto.

Givón (1995) nos remete para a impossibilidade de se aplicar o valor de verdade para a frase lingüística, segundo o autor:

> O estudo do uso comunicativo reforça nossa conclusão intuitiva de que o epistêmico na linguagem humana não diz respeito à verdade ou à certeza, mas até agora e provavelmente, para sempre, sobre o que é pretendido nesta interação humana. (GIVÓN, 1995: 112)[4, 5]

Assim, de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes, ocorrem complexas variações modais dentro da estrutura do discurso. Neste sentido, Santos (2003) nos remete à ambigüidade existente ao redor do termo modo. Segundo a autora, este facilmente, serve para representar a categoria gramatical do modo verbal, como também, "a maneira de exprimir a modalidade numa frase" (Santos, 2003: 411), sendo "a expressão de uma atitude concreta" (Santos, 2003: 411).

Passemos então para a discussão da nomenclatura, essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Segundo Lyons (1977) a modalidade é a avaliação do falante sobre seu próprio enunciado, a sua opinião ou atitude frente à proposição encerrada na frase.

A modalidade pode ser compreendida, então, como uma categoria conceptual, que engloba o modo, propriamente dito, ou seja, a maneira como o falante assinala seu juízo sobre

---

[4] "The study of communicative use reinforces our intuitive conclusion that epistemics in human language is not really about truth or certainty, but rather, still and probably forever, about willful human interaction"

[5] Santos (2003), dentro de um quadro teórico distinto, também faz menção a este tipo de problema.

os fatos na proposição e as formas utilizadas para fazer tal subscrição, entre elas, o modo verbal. Este seria a representação formal usada pelo falante para representar o modo, ou seja, a idéia encerrada na proposição.

Charaudeau e Maingueneau (2004), corroborando Bally, definem modalidade, como uma categoria conceptual, que implica dois conceitos distintos: primeiramente, o *modus*, que é a maneira pela qual subscrevemos os juízos sobre os fatos na proposição, é a atitude do sujeito falante sobre o conteúdo, enquanto que o *dictum* é o conteúdo proposicional.

Santos (2003) comenta que não há contradição entre, por um lado, a associação entre operações mentais e lingüísticas, e por outro, entre formas que exprimem o conteúdo proposicional e formas que exprimem o modo. Segundo a autora, o paradoxo se resolveria, pois: "estes elementos implicar-se-iam mutuamente, o que constituiria a base de todas as relações gramaticais" (Santos, 2003: 412).

Seguindo a orientação funcionalista, focalizamos a modalidade considerando um duplo aspecto, *realis* e *irrealis*. Procuramos estudá-la a partir da noção de transitividade. A tradição gramatical caracteriza o modo indicativo como o modo do real. Inversamente, o que não é expresso pelo indicativo, caracteriza-se como não-real. No entanto, não nos baseamos apenas nas representações formais para determinarmos se o enunciado é real ou irreal. Partimos, portanto, da definição semântico-pragmática, de *realis* e *irealis*.

Neste quadro, o *irrealis*, não corresponde ao irreal da tradição gramatical, mas se caracteriza, segundo (Steele, 1975) pela ausência ou suspensão da realidade. Segundo Bybee *et alii* (1994), o *irrealis* pode também ser definido como:

> Uma categoria conceptual bem ampla que cobre um número muito vasto de significados modais não-assertivos e que recebe expressão formal em determinadas línguas. (BYBEE *et al*, 1994: 236).

Portanto, um enunciado é *irrealis* se há algum indício de que a sua ocorrência não é certa, ou seja, se há indícios que deixem dúvida para a realização da ação proposta. Assim, o *realis* como o termo não marcado, em oposição ao *irrealis*, que deve ser como o termo marcado da oposição, indicado de alguma forma no discurso.

No presente estudo a variação entre *mim* e zero se dá dentro de orações infinitivas precedidas de *para*. As orações infinitivas se caracterizam, em sua maioria, por expressar o propósito, a finalidade, a intenção. Este é um contexto basicamente futuro, ou seja, não-real.

Entretanto, dentre os contextos não-reais, distinguimos duas categorias:

a) um futuro provável: que expressa situações que já ocorreram (no passado ou no presente) ou que são habituais. Consideramos as situações como realizadas e denominamos estes eventos/estados futuros como (por falta de um rótulo mais preciso), conforme os exemplos a seguir:

> (64) E eu <escon-> me escondia, para ela dormir, para mim (Ø) sair, porque eu sabia que, se eu só chegasse quatro hora da manha, ela estava até quatro hora da manhã me esperando.
> (C31)

> (65) Antes eu desfilei para Ø (mim) sabê como era, adorei. (T22)

b) um futuro possível: que expressa situações novas, que ainda não ocorreram. Considerando a não-certeza de sua realização, denominamos estes eventos/estados futuros como *irrealis*, conforme os exemplos a seguir.

> (66) Eu acho que é de três anos. Aí depois, eu vou começar a trabalhar, assim, trabalhar assim com os outros. Aí depois meu pai vai me ajudando. Eu vou montar um lugar para mim trabalhar, (40) ser meu. [ser meu.]
> (C61)

> (67) Abria uma casa pra botá... uma de repouso pra botá os velho, outra casa eu ia abri para mim (Ø) morá. (T09)

Em (66) e (67) apresentamos uma situação *realis*, pois a ação habitual *sair* já aconteceu no passado e, portanto, voltaria a ocorrer posteriormente. Em (42), por outro lado, temos um exemplo de *irrealis*, pois o falante está cogitando uma possibilidade futura.

Em um estudo sobre as formas de futuro nas orações condicionais, Gryner (1990) propôs uma escala epistêmica semelhante: reais, prováveis e possíveis. Tanto na prótese (futuro do subjuntivo *vs* presente do subjuntivo) quanto na apódose (futuro do indicativo *vs* futuro do indicativo), em que a variante mais marcada tende a ocorrer nos contextos possíveis, isto é, onde há mais incerteza; A forma não marcada é favorecida por contextos reais e prováveis (habituais).

Sendo assim, a hipótese que subjaz a esta variável decorre da interpretação sócio-cultural das categorias epistêmicas. O "mundo real" é considerado como o campo "de fundo", não marcado, da experiência humana. É o universo do que é percebido como normal Já as intenções, os propósitos, as previsões, pertencem ao mundo "virtual". É o universo do que é distante, "excepcional".

Partindo do princípio de que a representação do real é caracteristicamente uma forma não-marcada levantamos a hipótese de que a variante marcada *mim* ocorre mais frequentemente em contextos menos reais. A variante zero, isto é, sujeito não explícito nas infinitivas, ocorreria mais frequentemente em contextos reais ou mais próximos do real.

A tabela 8, a seguir, apresenta os resultados para este grupo de fatores.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
Realis	77/428	17	.42
Irrealis	42/163	25	.70

TABELA 8: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

A tabela acima mostra que o *realis* é o contexto mais comum, 428 dados (.42) Este ambiente, contudo, desfavorece o uso de *mim*. Em contextos *irrealis* (.70) observa-se o favorecimento do uso da variante *mim*. Ou seja, confirmando os resultados obtidos por Gryner, em contextos não-reais ocorre com mais freqüência a forma marcada.

Ao analisarmos a amostra 00(C) observamos que este grupo de fatores não foi selecionado pelo programa computacional, mas decidimos apresentar seus resultados a partir do primeiro nível do *stepping down*, conforme tabela a seguir, por considerarmos os índices relevantes a este trabalho.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
Realis	20/135	14%	.44
Irrealis	23/118	19%	.56

TABELA 9: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

A tabela acima mostra que o *irrealis* (.56) tende a favorecer a variante *mim*, enquanto que o *realis* (.44) tende a zero.

Assim, apresentamos a seguir os resultados para a variável modalidade nas duas épocas em estudo.

FATORES	80(C)			00(C)		
	APL/TOTAL	%	PR	APL/TOTAL	%	PR
Realis	77/428	17%	.42	20/135	14%	.44
Irrealis	42/163	25%	.70	23/118	19%	.56

TABELA 10: Efeito da modalidade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

Os resultados estatísticos mostram que a distribuição é equivalente, ao compararmos 80(C) com 00(C). Contudo, vale a pena mencionar que na amostra 80(C) o favorecimento de *mim* em contextos *irrealis* é mais nítido (.70), o que se perdeu um pouco na amostra 00(C) (.56). Lembramos que os resultados da amostra 00(C) não foram selecionados pelo programa computacional, sendo apresentados a partir da primeira rodada do primeiro nível do *stepping down*.

7.1.5. Co-referência de Sujeitos

Ao correlacionarmos o sujeito da oração em análise com o sujeito da oração anterior à infinitiva, em nosso caso quase que categoricamente sua principal, procuramos determinar se a mudança de referente sujeito favorece ou não a presença do mesmo na oração infinitiva.

Outros autores já haviam trabalhado com estas questões. De acordo com Paredes Silva (1988), Silva-Corvalán (1982) foi a primeira a utilizar a mudança de referente, de forma positiva, no espanhol dos mexicanos de Los Angeles ao estudar a variação do sujeito. Os resultados da autora mostram que a mudança de referente favorece a realização de sujeito expresso em 86% dos casos. Citamos ainda, segundo Paredes Silva, dois resultados quase idênticos para o uso de pronomes: Bentivoglio (1980), 72%, e Morales (1980), 75%, no espanhol de Caracas e Porto Rico respectivamente.

Em português, Paredes Silva também encontrou números semelhantes. Em sua análise de cartas pessoais, a autora chegou ao valor de 81% dos casos de mudança de referente

favorecendo o uso expresso do sujeito na oração em causa. Apresentamos a seguir uma tabela com todos estes resultados, na qual, + MR indica mudança de referente e – MR sem mudança de referente. Respeitamos o original, que somente apresentou valores em freqüência.

TRABALHO	**SUJEITOS Expressos/total**	**+ MR**	**- MR**
Los Angeles 1,2,3ªp.	501/1284 = 39%	430/501 = 86%	71/501 = 14%
Caracas 1ªp.	357/892 = 40%	256/357 = 72%	101/357 = 28%
Porto Rico 1ªp.	348/866 = 40%	222/348 = 75%	120/348 = 35%
R. de Janeiro (cartas) 1ªp.	379/1650 = 23%	307/379 = 81%	72/379 = 19%

TABELA 11: Comparação do efeito da mudança de referência sobre sujeitos expressos em espanhol e em português, reproduzido de Paredes Silva (1988)

Com base nestes resultados, formulamos a hipótese de que a mudança de referente de sujeito poderia favorecer o uso do pronome *mim* como sujeito de infinitiva. Ao examinarmos os dados, encontramos as seguintes possibilidades: a) sem mudança de referente (43) e b) com mudança de referente (44). Vejamos os exemplos abaixo:

(68) Ainda Ø estou para Ø (mim) ir no Barra Shopping. (C24)

(69) Aí hoje em dia eu paro para Ø (mim) pensar. (T13)

(70) O moço veio pedir para mim (Ø) ir dançar. (C57)

(71) Ele ainda pede para mim (Ø) voltá.(T17)

Observamos que o sujeito da principal pode estar explícito, como em (69), (70) e (71) ou implícito, como em (68), não sendo este o objeto de estudo neste momento.

Apresentamos na tabela 12 os resultados para a mudança de referente em 80(C).

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
+MR	58/111	52%	.76
-MR	61/480	12%	.44

TABELA 12: Efeito da mudança de referente sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os resultados encontrados, contudo, mostram que a mudança de referente favorece o aparecimento do pronome *mim*.

Apresentamos na tabela 13, a seguir, os resultados para a mudança de referente levando-se em consideração a amostra 00(C).

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
+MR	18/44	40%	57
-MR	25/209	11%	47

TABELA 13: Efeito da mudança de referente sujeito sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

Os resultados encontrados mostram que a mudança de referente de sujeito favorece o aparecimento de *mim*.

Para aprofundarmos estas questões, buscamos uma categorização em graus de vinculação entre a principal e a infinitiva, baseados em abordagem semelhante utilizada por Paredes Silva (1988) ao estudar em seu trabalho a variável conexão do discurso.

Sendo assim, apresentamos os graus de vinculação entre principais e infinitivas que constituem, em nosso trabalho, a variável co-referência de sujeitos.

Grau 1:

Neste há maior integração entre as orações. A oração principal à oração infinitiva apresenta um sujeito de primeira pessoa, explícito ou implícito, como no exemplo a seguir.

(72) (1ps) ØVou ver uma ala para mim (1ps) sair.

(73). Aí (1ps) eu fui convidado para Ø (mim) (1ps) trabalhá no setor de teatro. (T32)

Grau 2:

Neste caso, entre as duas orações com sujeito de primeira pessoa, existe uma oração impessoal, conforme o seguinte exemplo.

(74) Eu (1ps) jogava, *agora não dá* para mim (1ps) jogar. (C54)

(75) Eu (1ps) não gosto de mentira. *Num tem motivo* para mim (Ø) (1ps) num acreditar. (T25)

Grau 3:

Neste caso, a última referência ao sujeito de primeira pessoa foi feita em outra função sintática, conforme os exemplos a seguir.

(76) Não estou precisando de ficar guerreando o dia inteiro para poder ter o meu dinheiro para Ø viver.
(C50)

(77) Só quero Deus me dê saúde para mim ver ele formado.

(78) Eles ainda me botaram na frente para mim (Ø) podê ser atendida logo. (T12)

Grau 4:

Neste caso as orações estão menos vinculadas. A oração principal à oração infinitiva, apresenta sujeito não co-referencial, ou seja, ele não é de primeira pessoa. Vejamos o seguinte exemplo:

(79) Ele (3ps) deu um toquinho para mim (1ps) agarrar. (C60)

(80) Aí (ele) (3ps) pediu para mim (Ø) (1ps) descrevê o cara.(T22)

A hipótese que subjaz a esta variável é que orações menos vinculadas favorecem a presença de *mim*. A Tabela 14 mostra a distribuição numérica deste grupo de fatores em relação à amostra 80(C).

FATORES	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
Grau 1	37/398	10%	.36
Grau 2	26/78	33%	.70
Grau 3	22/60	38%	.83
Grau 4	34/55	60%	.85

TABELA 14: Efeito da conexão do discurso sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Através do exame dos resultados da tabela 14 percebemos que o grau 1 não favorece a presença pronominal (.36), enquanto que o grau 4 mostra maior probabilidade de ocorrência da variante *mim* (.85).

Examinemos os resultados da amostra 00(C) apresentados a seguir.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
1	12/163	7%	.37
2	12/44	27%	.67
3	4/24	16%	.51
4	15/22	68%	.92

TABELA 15: Efeito da conexão do discurso sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

Através do exame dos resultados da tabela 15 percebemos que o grau 1 não favorece a presença pronominal (.37), enquanto que o grau 4 mostra maior probabilidade de ocorrência da variante *mim* (.92).

Com isto, fica confirmado o fato de que, nas duas épocas, quanto mais co-referência entre sujeitos, menor probabilidade de ocorrer a forma pronominal na infinitiva, e assim, maior chance de ocorrência da forma *zero*.

No entanto, o que nos chamou a atenção neste ponto, foi o fato do grau 3 e do grau 4 estarem com pesos relativos muito próximos, (.83) e (.85) respectivamente. Este fato então, teria a possibilidade de estar ocorrendo porque a referência de primeira pessoa em outra função sintática poderia não ser tão importante para a pesquisa em questão.

Ao verificar-se os dados referentes ao grau 3, percebeu-se que apenas 12 apresentavam sujeito de primeira pessoa do singular, enquanto que 48 casos eram de sujeitos diferentes de primeira pessoa do singular. Acreditando haver uma integração sintática entre as duas orações, principal e infinitiva, propusemos uma nova divisão para os graus de vinculação, como se segue, assumindo não mais uma conexão discursiva nos moldes de Paredes Silva, mas uma correlação de sujeitos propriamente dita.

Grau 1:

Neste grau inserimos todos os dados que apresentavam a primeira pessoa em posição de sujeito, nas orações principais, sem levar em consideração se havia ou não alguma menção deste sujeito em outra função sintática, conforme o exemplo a seguir.

> (81) Eu (1ps) queria me controlar para Ø (mim) (1ps) conversar com a minha mãe. (C06)

> (82) . E a noite eu vou pra rua. Até umas dez horas, dez e meia e (eu) (1ps) vou dormi de novo pra Ø (mim) (1ps) ir pra escola no outro dia. (T04)

Grau 2:

Neste grau continuamos com impessoais entre a principal e o objeto de nossa pesquisa, conforme os casos já mencionados anteriormente.

Grau 3:

Neste grau inserimos todos os casos que apresentam sujeitos distintos, entre a principal e a infinitiva, sem considerarmos outras funções sintáticas, conforme o exemplo a seguir.

> (83) Meu pai (3ps) me levou de novo e (ele) me segurou para mim (Ø) (1ps) tomar injeção. (C54)

> (84) Eu adoro criança, aí ela (3ps) veio trazê o filho dela pra mim(Ø) (1ps) vê.(T12)

A partir desta reorganização dos fatores, apresentamos os resultados para a variável co-referência de sujeitos, nas duas épocas em estudo.

FATORES	80(C)			00(C)		
	APL/TOTAL	%	P R	APL/TOTAL	%	PR
Grau 1	37410	9%	.36	12/163	7%	.36
Grau 2	26/78	33	.70	12/44	27%	.65
Grau 3	56/103	54%	.86	19/46	41%	.81

TABELA 16: Efeito da co-referência de sujeitos sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

A hipótese de que sujeitos diferentes entre a oração principal e a infinitiva favorecem o aparecimento de *mim* pôde ser melhor confirmada. Os resultados, assim, mostraram-se mais consistentes ao nosso trabalho.

Na amostra 80(C), o grau 1 desfavorece a variante *mim* (.36). Ficou mais uma vez evidente que quanto mais co-referentes os sujeitos das duas orações, menos há a possibilidade de ocorrência de *mim*, enquanto que no grau 3, a possibilidade é maior (.86), por estarem as orações menos integradas, sendo todas não co-referentes, em termos de sujeito. A simples separação dos dois sujeitos por uma oração impessoal, ou seja, sem indicação de sujeito, favorece a ocorrência de *mim* (.70), porque provavelmente o falante não consegue perceber a co-referência.

Estes resultados são semelhantes aos encontrados ao analisarmos a amostra 00(C). O grau 1 desfavorece a variante *mim* (.36). Ficou mais uma vez evidente de que quanto mais co-referente os sujeitos das duas orações, menos há a possibilidade de ocorrência de *mim*, enquanto que no grau 3, a possibilidade é maior (.85), por estarem as orações menos integradas, sendo todas não co-referentes em termos de sujeito. A simples separação dos dois sujeitos por uma oração impessoal, ou seja, sem indicação de sujeito, favorece a ocorrência de *mim* (.65), novamente, o falante não consegue perceber a co-referência.

Assim, a presença do pronome está diretamente ligada ao sujeito da principal, em nosso caso, anteposta à infinitiva em 95% dos casos. Quanto mais nítida a noção de que o sujeito é de primeira pessoa, menos pronome e vice-versa.

Com isso, acabamos correlacionando este grupo com a mudança de referente de sujeito. Confirmamos assim os trabalhos no espanhol e no português, pois a mudança do referente mostrou favorecer a presença do pronome, desde que não se considere a referência do sujeito em outra função sintática, por características próprias do fenômeno aqui em análise.

Ao estudarmos a variável co-referência de sujeitos, percebemos que este grupo estava ligado à questão da ambigüidade.

O sujeito de determinada oração, quando oculto, pode ser ambíguo. Podemos então desambiguá-lo através da morfologia do verbo a ele vinculado. Pela terminação verbal, na maioria dos casos, é permitido conhecermos seu sujeito. Outra maneira de desfavorecermos a ambigüidade é através da observação do ambiente discursivo/pragmático. Por este podemos ser capazes de determinar o sujeito de um verbo, desde que haja contexto suficiente para este fim.

A posição de sujeito da infinitiva aqui em estudo, quando zero, não pode ser desambiguada através da terminação verbal, por características do infinitivo em português. Ao observarmos os dados excluímos da amostra aqueles que de ausência pronominal, não puderam ser desambiguados pelo contexto discursivo/pragmático, porque não seriam variáveis da variante em análise, conforme já mencionamos anteriormente.

Paredes Silva (1988) nos alerta ser a ambigüidade um dos condicionadores à presença do pronome sujeito. A ausência pronominal faz com que a interpretação do enunciado venha a tornar-se ambígua, tendo o receptor da mensagem que usar estratégias para conseguir desambiguar o que foi dito e assim ser capaz de compreender qual é o sujeito de determinada oração.

Sendo assim, procuramos investigar a relação entre o pronome sujeito em estudo e a ambigüidade. Analisamos todo o *corpus* desconsiderando a presença do pronome *mim*, quando nos dados, mas sim, o fator que era capaz de desambiguar a posição de sujeito da oração infinitiva em estudo.

Observou-se que a oração principal da infinitiva era capaz de desambiguar a posição de sujeito daquela oração, mas que o contexto discursivo/pragmático tinha este papel quando a oração principal não era capaz de exercê-lo, conforme apresentamos nos exemplos a seguir:

> (85) Eu nunca olhei tanto para Ø (mim) atravessar uma rua como aquela noite. (C14)
>
> (86) Às vezes, eu saio para Ø (mim) ouví música. (T23)
>
> (87) Eu nunca fiz, mas eu tinha uma vontade de fazer, se eu reunisse um pessoal, eu até já falei com meu pai! Ele vai me arrumar para mim (Ø) entrar na Funabem. C23)
>
> (88) Aí (ele) pediu para mim (Ø) descrevê o cara, se eu soubesse, se eu soubesse, como era a pessoa, né? (T22)

Em (85) e (86) o sujeito da oração principal é co-referente ao da oração infinitiva, desambiguando este último sem grande dificuldade. Em (87) e (88), por outro lado, o sujeito da oração principal é não co-referente, sendo o receptor da mensagem obrigado a buscar no discurso elementos que possam desfavorecer a ambigüidade, se a posição de sujeito da infinitiva estiver vazia.

Pela quase que total coincidência entre o grau 1 da co-referência de sujeitos e o fator desambiguado pelo sujeito da principal não foi possível rodarmos esta variável com o grupo de fatores co-referência de sujeitos na mesma rodada multifatorial. Procedemos então a uma

rodada da qual retiramos o grupo co-referência de sujeitos com o objetivo de testarmos a questão da ambigüidade.

A hipótese subjacente a esta variável é que o pronome *mim* seria mais usado quando o contexto discursivo/pragmático fica a cargo de desfazer a ambigüidade e não a oração principal.

Apresentamos na tabela 17 abaixo, com significância de 0.00, os resultados deste grupo de fatores para a amostra 80(C)

FATORES	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
Desambiguado pelo sujeito da principal	35/398	8%	.34
Desambiguado pelo contexto	84/193	43%	.80

TABELA 17: Efeito dos critérios de desambiguação sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os índices apresentados confirmam a hipótese de que o critério de se desambiguar o sujeito da infinitiva pelo contexto discursivo/pragmático é mais favorável ao pronome *mim* (.80) do que o critério referente ao sujeito da oração principal (.36).

Passamos então, a apresentar os resultados para este grupo de fatores segundo a amostra 00(C).

FATORES	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
Desambiguado pelo Sujeito da Principal	11/174	6%	.32
Desambiguado pelo Contexto	32/79	40%	.83

TABELA 18: Efeito da Ambigüidade sobre a variante *mim* – 00(C)

Os resultados apresentados também confirmam a hipótese de que o critério de se desambiguar o sujeito da infinitiva pelo contexto discursivo/pragmático é mais favorável ao pronome *mim* (.83) do que o critério referente à oração principal (.32). Isto se deve porque o

sujeito da principal, para funcionar como desambiguador, tem de ser de primeira pessoa do singular, estando assim diretamente relacionado à noção de co-referencialidade, desfavorecendo, por isso o uso do pronome *mim*.

Estes resultados se devem ao fato de que o sujeito da principal, para funcionar como desambiguador, tem de ser de primeira pessoa, estando assim diretamente relacionado à noção de co-referencialidade, desfavorecendo por isso o uso do pronome *mim*. O falante escolhe com mais freqüência usar *mim* em ambientes em que não é tão nítida a noção de primeira pessoa do singular como sujeito, pois é muito mais complicado para ele, no decorrer do discurso oral, perceber elementos fora da co-referencialidade entre os sujeitos da principal e da oração infinitiva em foco.

Com isto, acreditamos ter mostrado a relação existente entre esta variável e a co-referência de sujeitos, justificando o tratamento que demos ao caso.

7.1.6. Natureza Semântica do Verbo da Principal

Neste item analisamos o efeito da natureza semântica do verbo da oração principal na escolha entre as variantes *mim* e zero.

Segundo Halliday (1994), a oração tem a função de representar padrões de experiência. Para o autor:

> A linguagem permite aos seres humanos construir uma imagem mental da realidade dar sentido ao que acontece em torno e dentro deles. Aqui novamente, a oração desempenha um papel central, porque ela engloba um princípio geral para modelar a experiência – nomeadamente, o princípio de que a realidade é constituída de processos.
> (HALLIDAY, 1994:106)[6]

Assim, percebemos que a realidade é formada por diferentes processos. As experiências são compostas, segundo o autor, por "acontecimentos, fazeres, sensações,

[6] Language enables human beings to build a mental picture of reality, to make sense of what goes on abround them and inside them. Here again the clause plays a central role, because it embodies a general principle for modelling experience - namely, the principle that reality is made up of PROCESSES.

significados e pela capacidade de ser e de tornar-se" (Hallliday, 1994:106). A oração também serve como um modo de se refletir e de se impor a ordem em um ambiente, considerado pelo autor, "à primeira vista, sem delimitações" (Halliday, 1994:106), estando por tanto, diretamente ligada à noção de transitividade. "O sistema de transitividade interpreta o mundo das experiências em um maleável conjunto de tipos de processos" (Halliday, 1994:106).

Segundo o autor, as experiências são agrupadas em duas categorias: a) a experiência externa ligada ao que acontece no mundo exterior. Está ligada aos eventos ou ações que as pessoas ou outros participantes, fazem. b) A experiência interna que diz respeito ao que acontece no nosso interior, no mundo da consciência e da imaginação. É um tipo de "replay", segundo Halliday, da experiência externa: ela grava, reage e reflete sobre as experiências do mundo. Existem então, ainda de acordo com Halliday, dois tipos de processos: materiais e mentais, conforme exemplos a seguir.

> (89) Eu só <u>saio</u> aos sábados para <u>Ø (mim)</u> visitar meus vizinhos e parentes. (C48)
>
> (90) Beijou, <u>serviu o café</u> para <u>mim (Ø)</u> ir dormir, foi dormir. (C38)
>
> (91) Eu <u>gosto</u> muito de estações de água, gosto muito para <u>Ø</u> (mim) viajar, minha filha.
> (C29)

Nos processos materiais podemos observar dois tipos distintos de orações: o primeiro, como em (89), com apenas um participante (agente) e outro, como em (90), com dois participantes (agente e objeto), ou, no quadro teórico de Halliday, "um Ator e um Objetivo" (1994: 108). De fato, o que é relevante nesta distinção, é que em (89), o processo não se estende a outro participante, enquanto que em (90) é isto que ocorre. Em termos de transitividade, seguindo a categorização de mais ou menos agentivo do quadro teórico de

Hopper e Thompson, apresentado em 3.3., o primeiro tipo, menos agentivo, possui menor transitividade do que o segundo, que seria mais agentivo, uma vez que a ação é transferida do agente para outro participante.

A observação dos verbos de processo material com um participante encontrados no *corpus* deixou claro que são todos verbos de movimento (*ir, entrar, sair e análogos*). Acrescente-se que apenas 6 casos deste tipo ocorreram com a variante *mim* Ao contrário, os casos de processo material com dois participantes somaram 75 ocorrências com o pronome explícito. Decidimos então separar aqueles dados agrupando-os no *corpus* como uma nova categoria ou fator, rotulando-o de processos de movimento, ou seja, um subconjunto dos processos materiais cujo conteúdo semântico traduz uma trajetória.

O terceiro tipo, processos mentais, por sua, vez, segundo Halliday (1994), engloba orações que veiculam sentimentos, percepções e pensamentos. Segundo o autor, a análise funcional a partir de agente e objeto, ou ator e objetivo, como feito com os materiais, é imprópria ou pelo menos é aplicável a um número pequeno de casos devido às características semânticas deste processo. Sendo assim, o próprio autor, neste momento, abandona esta classificação funcional e propõe cinco critérios básicos para a identificação dos processos mentais em relação aos materiais, como se pode conferir em Halliday (1994:112-119)

Os processos mentais ocorreram no *corpus* categoricamente com a variante *zero*, conforme (91).

Um quarto tipo de processo são os chamados processos relacionais. Eles englobam os processos de ser, estar e ter (não existencial). Segundo Halliday nos processos relacionais ocorre uma relação entre duas entidades, *x* e *a*. Tal relação pode ser intensiva, circunstancial ou possessiva; distribuída entre atribuidoras e identificadoras. Neste trabalho, não nos detemos nesta subcategorização, mas consideramos apenas o processo relacional em seu todo, conforme exemplo a seguir.

(92) Eu nem era patrão para mim (Ø) ter tantos filhos. (C04)

(93) Sou doida para mim (Ø) fazer normal. (C23)

Assim, apresentamos os três processos principais para o autor (material, mental e relacional), com uma categorização a parte, os processos de movimento Para Halliday, todos estes processos estão dentro de um contínuo, separados por processos fronteiriços que estariam entre estes principais, conforme a figura a seguir, adaptada de Halliday (1994).

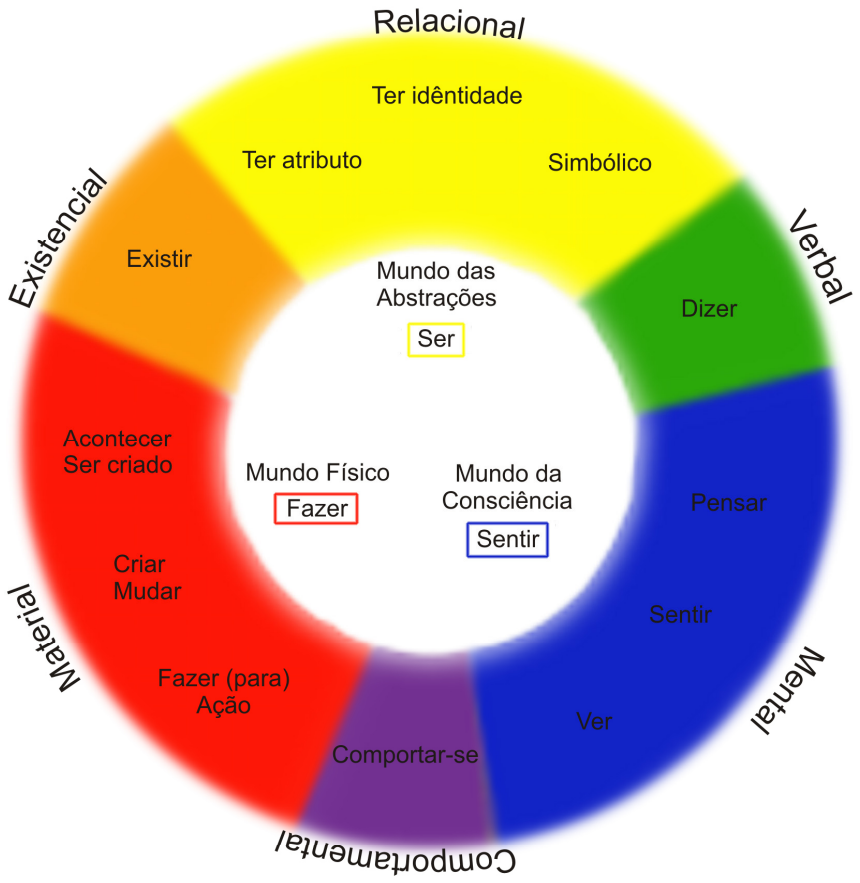

Figura 1: Os tipos de processos de acordo com Halliday (1994).

Como podemos observar, alguns processos encontram-se entre os três principais (material, mental e relacional). Sendo assim, ao analisarmos os *corpora* consideramos os processos verbais (94) como processos mentais e os existências (95) como relacionais. Não houve ocorrência de processos comportamentais.

(94) Então ele <u>pedia</u> para mim (Ø) ensinar a Zora (C33)

(95) Toda hora tem uma coisa para Ø (mim) fazer. C30)

Tem uma coisa = existe uma coisa

Outro aspecto interessante foi a presença do verbo *dar* funcionando como relacional, conforme vemos o seguinte exemplo:

(96) Aí não dava para mim (Ø) fazer tudo ao mesmo tempo. (C58)

(Não dava = não era possível)

A hipótese com que se baseia este grupo de fatores funda-se na origem do *para mim* como dativo da oração principal

Existe correlação entre a explicitação do pronome e o grau de dependência, sintática que ele estabelece com o verbo da principal, representado pelo número de participantes e pelo potencial de agentividade desta oração, segundo a proposta de Hopper e Thompson já apresentada.

Nesta seção, propõe-se que a explicitação do pronome esteja semanticamente correlacionada ao conteúdo do verbo da principal, de acordo com a transitividade.

Embora a semântica do verbo se inter-relacione com o grau de agentividade e o número de participantes, preferimos a classificação segundo o modelo semântico de Halliday[7].

Segundo a hipótese proposta, a interferência de processos verbais no uso das variantes *mim* e *zero* obedece a uma escala conforme a natureza semântica do verbo Foram então, analisados quatro fatores: materiais, mentais (incluindo os verbais), relacionais (incluindo os existenciais) e de movimento (trajetórias de um único participante).

[7] Fizemos uma análise levando em consideração o número de participantes e a agentividade, mas a coexist6encia dos dois grupos de fatores na rodada se mostrou impossível por questões metodológicas. Preferimos uma abordagem sem6antica, não esquecendo, contudo, da presença de características sintática em sua conceituação.

Para este grupo de fatores apresentamos apenas resultados referentes à amostra 80(C), pois em 00(C), este grupo de fatores apresentou-se neutralizado. Os resultados são apresentados na tabela 19 a seguir.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
Materiais	75/224	33%	.63
Relacionais	36/231	15%	.44
Movimento	8/117	6%	.36
Mentais	0/19	Knock-out	

TABELA 19: Efeito da natureza semântica do verbo sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os resultados estatísticos apresentam uma oposição nítida entre verbos materiais e não materiais. Verbos materiais favorecem a explicitação do pronome, variante *mim* (.63).Obedecem à fórmula x faz a para y., em que y é igual a dativo objeto indireto, o que favorece a presença do pronome.

Observa-se, ao mesmo tempo, a presença indissociável de pelo menos dois participantes e de alta agentiviade da oração principal, parâmetros de alta transitividade.

No extremo o oposto, os verbos relacionais (.44) e de movimento (.36), desfavorecem o uso de *mim*.

Nos relacionais, o dativo *para mim* diz respeito quer à oração como um todo, quer apenas ao predicativo. Em ambos os casos o dativo *para mim*, não está associado ao conteúdo semântico do verbo. Ao contrário do que ocorre com os verbos materiais, há apenas um participante e agentividade nula, o que reduz a transitividade.

Já os verbos de movimento (.36) mostraram-se mais próximos dos relacionais. Isto ocorreu porque eles também não possuem um dativo objeto indireto vinculado à oração

principal. Este processo apresentou-se com apenas um participante e com baixa agentividade, se comparado com os processos materiais, o que explica os baixos índices de *mim*.

Os mentais diminuíram categoricamente o uso de *mim*. O número pequeno de dados impede qualquer interpretação.

7.2. VARIÁVEIS SOCIAIS

Nesta seção trataremos da correlação entre as três variáveis sociais pesquisadas e a escolha da variante *mim* ou zero nas amostras 80(C) e 00(C).

7.2.1. Idade

Partimos da categorização de quando da constituição da amostra: a) crianças (7-14 anos de idade); b) jovens (15-25 anos de idade); c) adultos (26-49 anos de idade) e d) velhos (maiores de 50 anos de idade).

De acordo com os parâmetros do modelo variacionista, as diferenças etárias podem ser interpretadas em duas hipóteses: a da geração etária e a da mudança em tempo aparente.

A primeira hipótese nos leva a descrever o comportamento lingüístico de acordo com as diferentes faixas etárias.

A idade foi o único grupo de fatores sociais selecionado pelo programa computacional. Os resultados obtidos, ao analisarmos 80(C), constam da tabela 20 e do gráfico 2 a seguir.

Idades	APL/TOTAL	%	PR
7-14	27/95	28%	.68
15-25	34/175	19%	.48
26-49	43/189	22%	.56
+ de 50	15/132	11%	.30

TABELA 20: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

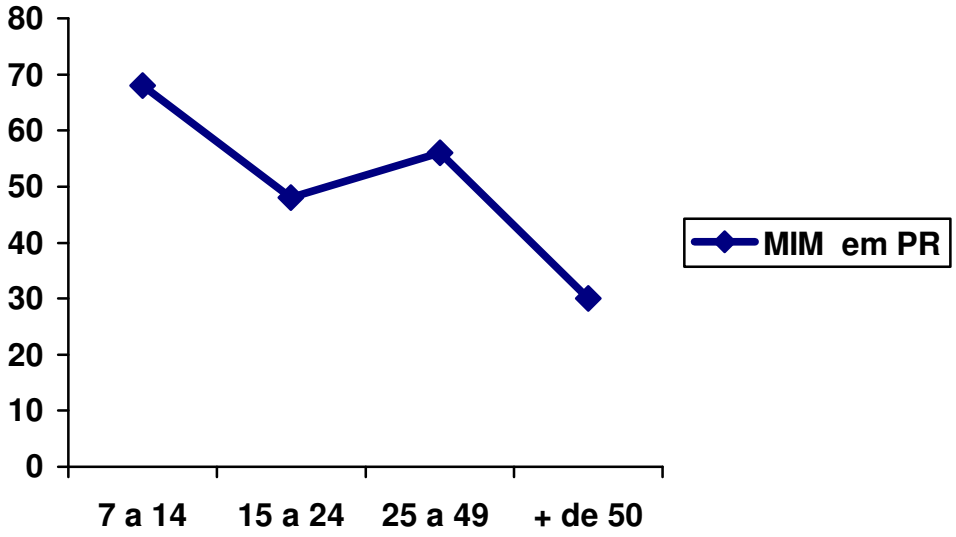

GRÁFICO 2: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Segundo os índices apresentados acima, as crianças tendem a usar mais a variante estigmatizada *mim* (.68). Já as pessoas mais idosas, mais conservadoras, tendem a evitá-la (.30). Observamos que entre os jovens a taxa de *mim* (.48) é mais baixa que a das crianças (.68). Uma possível explicação seria que a pressão social (estigma) é muito mais forte sobre os jovens. Contudo, na idade adulta, quando o indivíduo está realmente inserido no mercado de trabalho, há um ligeiro aumento na taxa de *mim* (.56). Este crescimento, estatisticamente irrelevante, talvez possa ser atribuído à interferência da pressão de outras variáveis.

Esta interpretação, aparentemente, condiz com a hipótese da gradação etária: os jovens usariam a variante “inovadora”, os mais velhos a variante “conservadora”. Por outro lado, a escala ascendente de uso de *mim* pode não refletir a variação das gerações que se sucedem nas vidas das pessoas, mas sim a passagem do tempo aparente, a mudança da língua no tempo real. Assim a taxa alta de *mim* em crianças refletiria a inserção da variante inovadora com o abandono da variante conservadora na comunidade e a sua baixa taxa em idosos indicaria o último contexto de manutenção antes de seu desaparecimento na comunidade.

Devemos ainda considerar que, segundo a hipótese clássica, a gradação etária que se apresenta é o estado da língua quando o indivíduo tinha aproximadamente 15 anos de idade. Sendo assim, a faixa etária de 15-25 anos refletiria um estado de língua correspondente à época entre 1970-1980; a da faixa etária de 26-49 anos refletiria um estado de língua correspondente à época de 1946-1969, enquanto o dos mais velhos, maiores de 50 anos, corresponderia a uma época anterior a 1945. Assim, poderíamos interpretar que os mais velhos usariam menos a variante *mim* obedecendo à pressão escolar. Os resultados dos adultos apresentam o maior uso de *mim* por corresponderem a uma nova época, o pós-guerra, um momento de mudanças nas normas sociais, o que se pode refletir nos usos e atitudes lingüísticas (Cambers, 1995). Os jovens refletiriam um novo momento, em que a pressão escolar passaria a re-exercer sua força contra o uso de *mim*. Eles estariam inseridos em uma época em que o importante era se adequar ao padrão para conquistar um espaço social. As crianças, por sua vez, fariam uso mais acentuado da variante estigmatizada por estarem ainda em formação lingüística, adequando-se às pressões sociais, para quando chegarem à adolescência, diminuírem o uso de *mim*.

Para identificar se a variação de idade corresponde à definição de gradação etária ou à mudança em tempo aparente, procedemos à análise da idade na amostra 00(C) com o objetivo

de confrontarmos os resultados em tempo real, conforme apresentamos na tabela e no gráfico a seguir.

FATORES	APL/TOTAL	%	PR
7-14	1/15	6%	.23
15-24	21/121	17%	.50
25-49	10/56	17%	.49
+ de 50	11/61	18%	.58

TABELA 21: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

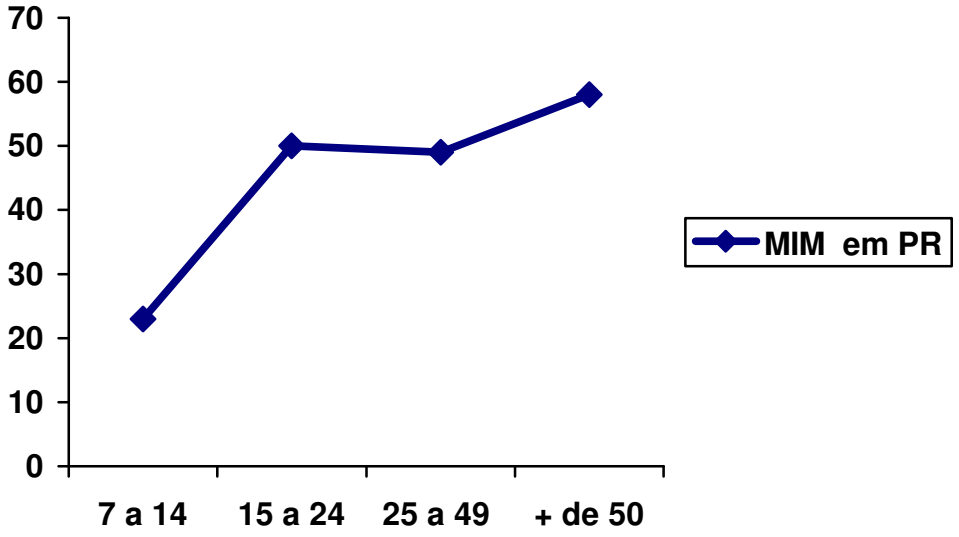

GRÁFICO 3: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

Observando os índices apresentados na tabela 21, percebemos que o perfil etário da comunidade, à primeira vista, apresenta diferenças. Isto contraria a hipótese da gradação etária. Por outro lado, como vimos, ao tratar da amostra 80(C), existem indícios que sugerem mudanças no uso de *mim* e *zero* no tempo aparente. A análise de 00(C) poderá confirmar – em tempo real – até que ponto ocorre estas mudanças.

Pelos resultados da tabela 21, percebemos que as crianças tendem a evitar o uso de *mim* (.23). As faixas etárias correspondentes a jovens (.50), adultos (.49) e velhos (.58) tendem a neutralizarem-se Os resultados polarizados das crianças não são confiáveis, devido a pouca quantidade de dados.

A tabela a seguir, apresenta os resultados para as duas épocas em estudo.

FATORES	80(C)			00(C)		
	APL/TOTAL	%	PR	APL/TOTAL	%	PR
7-14	27/95	28%	.68	1/15	6%	.23
15-25	34/175	19%	.48	21/121	17%	.50
26-49	43/189	22%	.56	10/56	17%	.49
+ de 50	15/132	11%	.30	11/61	18%	.58

TABELA 22: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

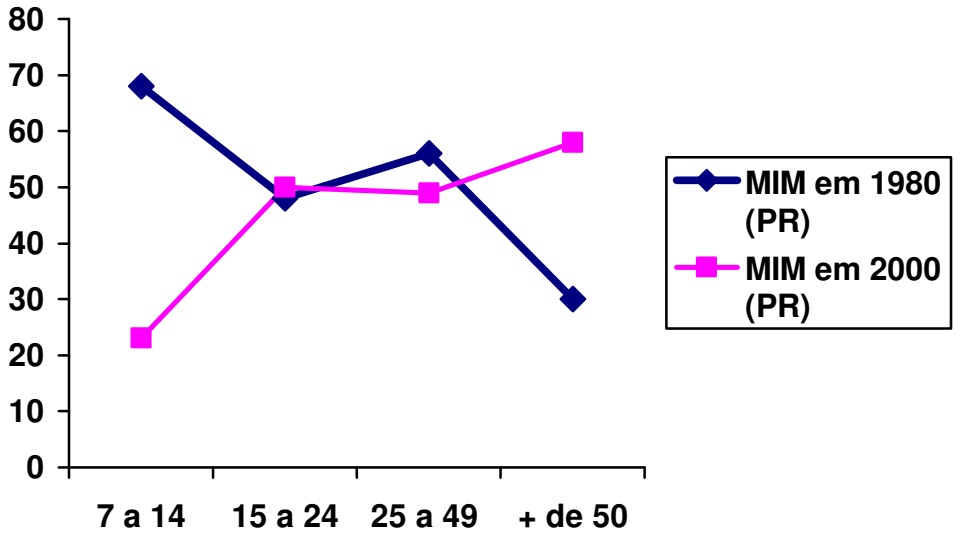

GRÁFICO 4: Efeito da idade sobre o uso da variante *mim* – em duas épocas

Observamos que os velhos de 00(C) correspondem aos adultos de 80(C), coerentemente, os índices são análogos. Os adultos de 00(C) correspondem aos jovens e crianças de 80(C). Os resultados estatísticos apresentam correspondência somente entre adultos de 00(C) e jovens de 80(C). Estes resultados parecem comprovar a hipótese clássica.

Estas interpretações são apenas sugestivas. Sabe-se que muitas vezes estes resultados encobrem situações insuspeitas. Assim, a fim de tentar compreender o que estaria por trás dos resultados de idade estudamos o cruzamento de idade com escolaridade nas duas épocas.

7.2.2. Idade e Escolaridade

A Escola é uma das instituições responsáveis por fazer grande pressão para que o padrão lingüístico prestigiado seja imposto aos falantes da língua. É basicamente na escola que a maioria dos falantes aprende regras prescritas pela gramática normativa. Em diversas ocasiões os alunos são instados a assimilar estas regras e a usá-las em seu dia-a-dia. Desta forma, tenta-se, durante a escolarização, substituir os usos que conflitam com as formas da língua padrão.

Encontramos em Votre (2004) uma observação muito generalizada sobre o papel da escola:

> ...a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que a freqüentam e das comunidades discursivas. Constata-se, por outro lado, que ela atua como preservadora de formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso nessas comunidades. (VOTRE, 2004: 51)

Assim, para o autor, a escola funcionaria como preservadora, procurando enfraquecer ou até mesmo eliminar mudanças em curso na língua. Segundo esta perspectiva, o indivíduo mais escolarizado teria, teoricamente, maior conhecimento das normas gramaticais e conservaria na prática diária uma linguagem mais próxima da língua padrão.

Esta abordagem é interessante para este trabalho, pois reflete a visão muito conservadora da escola. Dentro de uma perspectiva não discriminatória, é papel da escola e

principalmente do professor de língua materna, fazer com que o aluno reconheça a variação lingüística e assim instrumentalizá-lo para fazer uso de diversas variedades de seu idioma, de acordo com a situação em que ele, falante real, esteja inserido.

Para verificar a possível interferência da variável escola nos resultados da variável idade procedemos ao cruzamento dos dois grupos de fatores. Os resultados desta rodada, que registrou significância 0.007 são apresentados na tabela 14, abaixo.

Escola / Idade	**Primário**			**Ginásio**			**Colegial**		
	APL/TOTAL	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
7-14	18/74	24	.60	9/36	25	.63			
15-24	15/70	21	.49	6/30	20	.62	13/75	17	.47
25-49	6/53	11	.21	14/75	18	.54	23/61	37	.75
+ 50	7/41	17	.45	8/76	10	.31	0/15	Knock-out	

TABELA 23: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

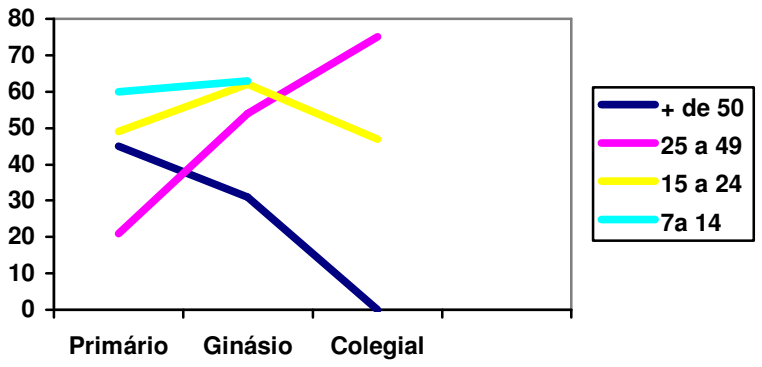

GRÁFICO 5: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 80(C)

Os resultados da tabela, à primeira vista, são desconcertantes. Os mais velhos parecem mais pressionados pela norma escolar: quanto maior a escolaridade menor a taxa de *mim* (primário (.43); ginásio (.31) e colegial (0)). Observa-se que em todos os casos se desfavorece a forma estigmatizada, chegando, no colegial, a ser eliminada.

Entre as crianças, independentemente do nível escolar, a tendência é favorecer o *mim* (primário (.60) e ginásio (63)). Estes resultados sugerem que em 1980 a prescrição escolar era menos impositiva.

A meio caminho entre crianças e velhos estão os jovens e adultos. Os jovens, que apresentam índices no primário (.49) e no colegial (.47), no ginásio aumentam o favorecimento (.62) no uso de *mim* refletindo provavelmente um prestígio encoberto, ou mesmo uma identificação ao grupo social. Os adultos apresentam uma distribuição peculiar, aumentando o uso da variante à mediada que avança a escolaridade (primário (.21), ginásio (54) e colegial (.75)), numa atitude reativa à pressão da norma escolar. Se recorrermos às considerações feitas anteriormente, estes resultados para adultos podem ser interpretados como uma reação ao fim da guerra. Lembramos que este uso da língua reflete um período de contestação, no qual as pessoas caminhavam contra as normas e padrões para buscaram afirmação em um mundo novo. O uso de *mim*, assim, estaria ligado a um prestígio encoberto.

Se há evidências que apontam para a manutenção da variante estigmatizada, há também indícios de possíveis mudanças, o que nos levou a analisar a situação após o decurso de vinte anos. Passamos, portanto, à análise da amostra 00(C).

A rodada em que cruzamos idade e escolaridade apresentou significância 0.008, sendo este grupo o último a ser selecionado.

Nossa primeira hipótese foi de que o efeito da idade é diferente para cada um dos níveis de escolaridade. Os resultados do cruzamento destas variáveis são apresentados na tabela 24 e no gráfico 5 a seguir.

Escola / Idade	**Primário**			**Ginásio**			**Colegial**		
	APL/TOTAL	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
7-14	0/11	0	0	1/4	25	.68			
15-24	3/100	3	.20	18/54	33	.79	0/35	Knock-out	
25-49	6/13	46	.88	4/43	9	.46			
+ 50	9/33	27	.74	2/6	33	.82	0/22	Knock-out	

TABELA 24: Efeito de idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

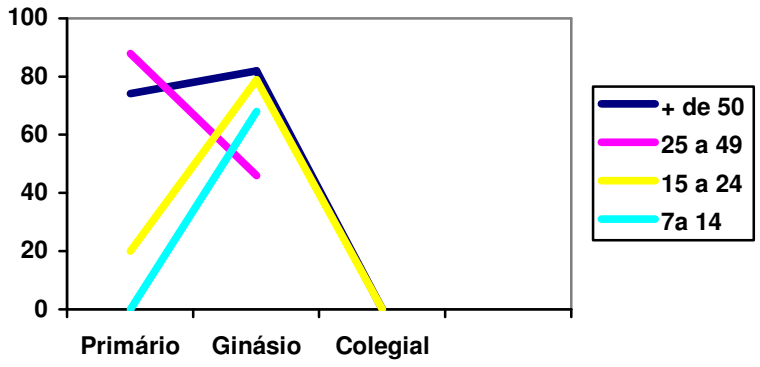

GRÁFICO 6: Efeito de idade e escolaridade sobre o uso da variante *mim* – 00(C)

Os resultados confirmam, em geral, a hipótese proposta. Com exceção dos mais velhos, as diferentes faixas etárias se comportam distintamente conforme o nível de escolaridade.

À primeira observação, os índices da tabela 24 revelam que independentemente da idade falantes de nível colegial não usam a variante *mim*. São estes os mais pressionados pela norma gramatical, o que demonstra sua aproximação aos informantes de nível universitário entrevistados para as Amostras do NURC. Na verdade, a tendência para que o colegial desfavorecesse completamente o uso de *mim* já era anunciada ao analisarmos os dados de 80(C), pois naquela época, informantes mais velhos de colegial já não usavam a forma *mim*.

Nos níveis abaixo do colegial as diferenças são claras: os velhos apresentam índices elevados de *mim*, tanto no primário (.74) quanto no ginásio (.82), refletindo a suspensão da pressão social do mercado; os adultos quando do nível primário favorecem extremamente o *mim*, mas permanecem com (.46) no ginásio. Isto talvez signifique a existência de um prestígio oculto desta forma, entre os adultos pouco escolarizados; Os jovens de nível ginasial, também favorecem marcadamente o uso da variante (.79), provavelmente pelo mesmo motivo acima. No entanto, quando de nível primário, refletem maior pressão escolar

apresentando taxas drasticamente reduzidas de *mim* (.20). Isto talvez se deva ao aumento recente da pressão escolar estigmatizando o uso de *mim* com infinitivo.

Ao compararmos os índices das duas épocas em estudo, respeitando os preceitos da hipótese clássica, anteriormente esboçados, verificamos que o cruzamento da idade com a escolaridade mostra que houve mudanças no comportamento lingüístico do falante, e não apenas na distribuição geracional, conforme podemos verificar na tabela a seguir.

80(C)									
Escola / Idade	**Primário**			**Ginásio**			**Colegial**		
	APL/TOTAL	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
7-14	18/74	24	.60	9/36	25	.63			
15-24	15/70	21	.49	6/30	20	.62	13/75	17	.47
25-49	6/53	11	.21	14/75	18	.54	23/61	37	.75
+ 50	7/41	17	.45	8/76	10	.31	0/15	0	Knock-out
00(C)									
Escola / Idade	**Primário**			**Ginásio**			**Científico**		
	APL/TOTAL	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**	**APL/TOTAL**	**%**	**PR**
7-14	0/11	0	0	¼	25	.68			
15-24	3/100	3	.20	18/54	33	.79	0/35	Knock-out	
25-49	6/13	46	.88	4/43	9	.46			
+ 50	9/33	27	.74	2/6	33	.82	0/22	Knock-out	

TABELA 25: Efeito da idade e escolaridade sobre o uso de *mim* – em duas épocas

Os mais velhos, que apresentam falta de uso de *mim* no colegial, (.82) no ginásio e (.74) no primário, correspondem aos adultos da 80(C), que por sua vez, apresentam índices de (.75) para colegial, (54) para ginásio e (21) para primário.

Os adultos de 00(C), apresentam ausência de *mim* no colegial, (.46) no ginásio e (.88) no primário. Seus correspondentes em 80(C), seriam, desconsiderando as crianças, os jovens, que apresentam pesos relativos de (.47), (.62) e (.49), colegial, ginásio e primário, respectivamente.

Isto mostra que ao correlacionarmos os resultados de idade com escolaridade, em uma análise em tempo real, descobrimos que o indivíduo muda, mesmo depois de ter atingido 15

anos de idade, deixando transparecer que a hipótese clássica não se comprovou através da análise dos resultados.

Na verdade o que verificamos é que os falantes mudam com o passar do tempo, assim como também muda a distribuição das variáveis na comunidade, implementando, deste modo, a mudança lingüística.

7.2.3. Escolaridade e Gênero/Sexo

Procedemos então a uma rodada na qual cruzamos escolaridade e gênero/sexo. A significância foi de 0.007 e o grupo foi selecionado em último lugar na rodada.

A tabela 23 apresenta os resultados para este grupo de fatores.

Gênero / Escolaridade	MASCULINO			FEMININO		
	APL/TOTAL	%	PR	APL/TOTAL	%	PR
Primário	5/94	5	.20	13/52	25	.67
Ginásio	9/39	23	.68	16/68	23	.62
Colegial	0/38	Knock-out		0/19	Knock-out	

TABELA 26 Efeito do cruzamento entre Escolaridade e Gênero sobre a variante *mim*- 00(C)

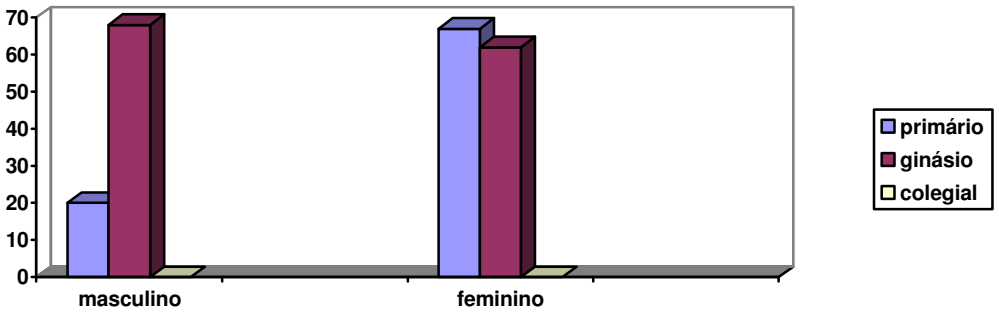

GRÁFICO 7 : Efeito do cruzamento entre Escolaridade e Gênero sobre a variante *mim* – 00(C)

No colegial, a variante *mim* não ocorre.

As taxas mostram que no primário há diferença marcante entre os homens (.20) e as mulheres (.67), o que tenderia a ser atribuído à pressão da norma, que se exerce preferentemente sobre os homens.

Na outra faixa escolar, homens (.68) e mulheres (.62), tanto homens quanto mulheres têm taxas estaticamente idênticas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e análise da variação e mudança na forma de expressar o sujeito de primeira pessoa do singular de infinitivas iniciadas por *para*, a partir das amostras 80(C) e 00(C) confirmou a hipótese de que *mim* e *zero* variam sistematicamente de acordo com contextos variáveis, lingüísticos e extralingüísticos, que pressionam favorecendo ou desfavorecendo o uso das variantes.

Verificada a raridade de dados de sujeito no nominativo (para eu fazer) foram consideradas duas variantes: mim (para mim fazer) e zero (para Ø fazer).

Confirmamos a sistematicidade da distribuição entre *mim* e *zero* ao esmo tempo que identificamos os contextos lingüísticos e sociais para seu uso. Validamos assim, implicitamente, as variantes estudadas. Ou seja, confirmou-se que o pronome explícito *mim* funciona inequivocamente como sujeito de infinitiva, independentemente da função que eventualmente exerça na oração principal.

Nas duas épocas estudadas, os grupos de fatores não apresentam mudança na ordem de seleção, contudo, nem todos os grupos de fatores selecionados na amostra 80(C) foram considerados relevantes na amostra 00(C). O efeito das variáveis lingüísticas mantém-se estável nestes vinte anos, o que não ocorreu com as variáveis extralingüísticas.

Nas duas amostras, a função sintática da oração infinitiva mostrou-se o contexto mais forte sendo a primeira variável a ser selecionada. Contextos que separam mais as orações introduzindo uma preposição *para* não funcional, na oração infinitiva, (subjetivas e objetivas) favorecem a ocorrência de mim. Aqueles em que a preposição *para* tem função de introdutor da oração infinitiva (finais e completivas nominais) desfavorecem esta variante. Estes resultados nos levaram a postular o efeito da iconicidade: a presença de uma forma separadora tem a função de expressar relações mais distantes. Por outro lado, com exceção das subjetivas,

que ocorrem categoricamente com a variante *zero*, na amostra 00(C), a distribuição dos pesos relativos dos demais fatores se mantém inalterada.

O grupo paralelismo foi o segundo a ser selecionado nas duas épocas. O princípio do paralelismo, que atua em uma ampla gama de fenômenos variáveis, pôde ser confirmado: construções com o pronome *mim* levam a presença do pronome *mim* em construções subseqüentes (presença leva a presença e zero leva a zero). Estes resultados confirmariam a legitimidade da variação entre *mim* e *zero*

O grupo tipo de texto foi selecionado como relevante na amostra 80(C). Os resultados mostraram que relatos de experiência de vida e as narrações de fatos passados favorecem a presença de *mim* – Ao contrário do que ocorre com a argumentação e o presente habitual. - Naqueles casos, os fatos referidos ocorrem em momentos distantes daquele da enunciação, o que favorece a explicitação do sujeito. Aqui também, a presença do sujeito *mim* tende a ocorrer precisamente em contextos de maior distanciamento.

A modalidade foi selecionada em quarto lugar na amostra 80(C). Na amostra 00(C), embora não selecionada, apresenta índices análogos aos da amostra anterior. O *irrealis* favorece a presença de *mim,* desfavorecendo, portanto, a variante *zero*. Mais uma vez, se confirma que a distância, no caso, a distância epistêmica do evento/estado, aumenta a chance de explicitação do sujeito.

A co-referência de sujeitos foi selecionada nas duas amostras. A pesquisa mostrou que a ausência da co-referência entre sujeitos favorece o uso de *mim*. Observamos que este parâmetro se relaciona à ambigüidade do sujeito. O referente do sujeito pode ser identificado pela co-referência e, quando a co-referência não é capaz de fazê-lo, pelo contexto discursivo/pragmático. Aqui também, há um maior distanciamento semântico – referentes distintos – favorecem a variante *mim* em detrimento de *zero*.

Os resultados da natureza semântica do verbo da principal mostraram que processos materiais (isto é, com dois participantes e de mais alta agentividade) tendem a favorecer a variante *mim*, enquanto os relacionais e os processos de movimento (com um único participante e menos agentivos), tendem a desfavorecer o uso de *mim*. Estes resultados parecem indicar que a explicitação do sujeito da infinitiva está relacionada ao grau de agentividade do verbo da principal: a maior transitividade do verbo favoreceria a interpretação de *mim* como sujeito da infinitiva.

Quanto às variáveis sociais, em 80(C) os resultados para grupos etários apontaram mudanças através do estudo do tempo aparente. No período antes de 1945, a variante *mim* era desfavorecida, aumentando gradativamente a partir de 1946-1969 e 1970-1980, atingindo os níveis mais elevados nas faixas mais novas. Entretanto, esta situação aparentemente simples, encobre um complexo quadro.

A partir de 1969 a pressão escolar, face da norma de prestígio, pressiona os falantes a reduzirem o uso de *mim*, enquanto os de ginásio e primário, mais vulneráveis, passam a incrementá-lo.

Aqui começa a se esboçar a cisão entre os mais e os menos escolarizados, que encontramos mais acentuadamente na amostra 00(C).

Em 00(C) a comunidade apresenta um perfil inverso de 80(C): agora são os mais velhos que favorecem o uso de *mim*, enquanto jovens e crianças tendem a desfavorecê-lo. Uma análise mais aprofundada, entretanto, revelou que estes resultados encobrem uma realidade mais complexa.

Se, por um lado, falantes mais escolarizados (em entrevistas sociolingüísticas) parecem imunes a este uso, por outro, entre os de menos escolaridade, a preferência pela forma estigmatizada atinge índices elevados.

A situação parece instável. Em 80 (C) há um incremento gradativo de *mim*, que se difunde pelos grupos sociais da comunidade. Em 00(C), estabelece-se a cisão na comunidade entre dois grupos antagônicos: os mais escolarizados tendem a seguir a forma de prestígio normatizadora, enquanto os menos escolarizados preferem a forma de prestígio oculto – a menos que pressões, como a do mercado os submeta às normas institucionalizadas na sociedade.

Assim, apresentamos os contextos favoráveis às variantes em estudo, *mim* e zero. Consideramos duas épocas e mostramos que a distribuição dos grupos de fatores apresentou-se praticamente sem mudança. Esta, por sua vez, pode ser observada nos fatores sociais analisados. Confirmamos a hipótese de que *mim* e zero são variantes da variável em estudo neste trabalho.

Em síntese, identificamos as variáveis relevantes e comprovamos como se correlacionam sistematicamente com o uso das variantes *mim* e *zero* na construção *para 1 Ps Infinitivo*. Comparamos os dois momentos (1980 e 2000) e mostramos que os contextos lingüísticos continuam a exercer o mesmo efeito na distribuição das variantes. Demonstramos que a mudança ocorre em decorrência de pressões sociais contraditórias: a pressão do prestígio aberto, imposta cada vez mais pela instituição escolar, que estigmatiza *para + mim + infinitivo* e a pressão do prestígio encoberto que tenta manter a forma estigmatizada.

Neste trabalho fica patente que a gramática normativa não retrata o uso real da língua. Os falantes não produzem a forma *eu* de forma estatisticamente relevante

Se por um lado, como ficou comprovado, a pressão escolar se exerce fortemente sobre as camadas mais escolarizadas, por outro lado há inúmeros contextos sociais em que o *mim* é prestigiado.

Os resultados deste trabalho sugerem que a escola deveria considerar também a língua falada, preparando o aluno para adequar o seu uso às diferentes situações sociais. Isto

significa abdicar da atitude impositiva que dita regras e padrões que se mostram distantes das realidades dos alunos. Em síntese, cabe ao professor de língua materna, conduzir seus alunos a reconhecerem que as variantes lingüísticas são igualmente válidas e que a variação está presente em todas as épocas e em todas as línguas.

Este é um trabalho preliminar, o primeiro a tratar de um fenômeno de natureza muito específica. Portanto, não caberia a pretensão de haver esgotado o assunto. Pretendemos em trabalhos futuros, aprofundar a análise buscando dados de outras épocas, a fim de verificar as mudanças de longo prazo, ocorridas na construção *dativo* + *infinitivo* e assim, inscrever o fenômeno da variação e mudança em um quadro teórico mais amplo.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BAYLEY, Roberto. *The quantitative paradigm.* IN: CHAMBERS, J. K. *et alii*. (eds) *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003;

BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form.* Philadelphia: John Benjamins, 1985.

BYBEE, *et alii*. Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

BYBEE, Joan L & HOPPER, Paul. (eds) *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CHAMBERS, J.K. Sociolinguistic Theory. USA/UK: Blackwell, 1995.

DU BOIS, John. *Competing motivations* IN: *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

BOYLAND, J. T. & ANDERSON, J. R. *Comprehension and production as avenues of syntactic priming*. IN: SHAFTO, M. G. & LANGLEY, P. (eds) *Proceedings of the nineteenth annual meeting of the cognitive science and society*. Mahwah, NJ:Lawrence Erlbaum, 1987.

BOYLAND, J. T. & ANDERSON, J. R *Evidence that syntactic priming is long-lasting*. IN: GEMSBACHER, M. A. (ed) *Proceedings of the twentieth annual meeting of the cognitive science and society*

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, Ana Lúcia dos P. *A Variação entre Formas de Futuro do Pretérito e de Pretérito Imperfeito no Português Informal no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1997, 199ff, mimeo. Dissertação de Mestrado em Lingüística.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos da Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1962;

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

EEMERE, F. H. van, GROOTENDORST, Rob, JACKOBSON, Sally e JACOBS, Scott. *Argumentación*. IN: DIJK, T. A. van. *El Discurso como Estructura y Processo.* Barcelona: Gedisa, 2000.

ERNOUT, Alfred e THOMAS, François. *Sintaxe Latine.* Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953.

GARCIA, Othon, M. *Comunicação em Prosa Moderna.* 24 ed. Rio de Janeiro: 2004.

GUY, G. R. *Quantitative analysis*. IN: PRESTON, D. R. (eds) *American dialect research*. Amesterdam: John Benjamins, 1993.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York; Academic Press, 1979.

_____*A Functional-Typological Introduction.*. Amsterdan: John Benjamins, 1990.

_____Funcionalism and grammar. Amsterdan/Philadelphia, John Benjamins, 1995.

_____*Syntax 1*. New York: Academic Press, 1984.

GRYNER, Helena. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1990. 550 fl. mimeo. Tese de doutorado em Lingüística.

HAIMAN, J. & THOMPSON, S. *Subordination in universal grammar*. *Proceedings of the tenth meeting of the Berkeley Linguistic Society*. Berkeley: Berkeley Linguistic Society, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. Functional Grammar. London: Edward Arnold, 1994.

HOPPER, Paul J. *Aspect and foregrouding in discourse*. IN: *Discourse and syntax*. GIVÓN, T. (ed) New York: Academic Press, 1979.

HOPPER, Paul J. e THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. IN: Language, v. 56, Baltimore: Warvely Press, 251-299, 1980

_____The discourse basis for lexical categories in universal grammar. IN: Languge, v. 60, Baltimore: Warvely Press, 251-299, 1984.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

_____*Language in the inner city: studies in the black English vernacular.* Philadelphia: University of Pensylvania Press, 1972a.

_____*Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pensylvania, 1972b.

_____*Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pensylvania Press, 1975;

_____P*rinciples of linguistic change: internal factors*. Oxford: Backwell, 1994.

_____Quantitative Reasoning in Linguistics, 2004. Disponível em: http//www.ling>upenn.edu/~wlabov/papers/QRL/pdf.

LAVANDERA, B. Variación y significado. Buenos Aires: Hachette, 1984.

LEHMANN, C. *Towards a typology of clause linkage*. IN: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds) *Clause combining in grammar and discourse*.Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988.

LESLEY, Milroy. *Language and social networks*. Oxford/New York: Blackwell, 1980.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio De Janeiro: José Olympio, 1999.

LYONS, John. *Semantics*. V. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____*Semanticas*. V. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

MACIEL, Maximino. *Gramática Descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

MARCUSCHI, Luiiz A, *et alii*. Gêneros Textuais: Reflexões e Ensino. União da Vitória: Kaygangue, 2005.

MATHIESSEN C. & THOMPSON, S. *The structure of discourse and "subordination*". IN: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (eds) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1988.

MIOTO, Carlos *et alii*. *Manual de Sintaxe*. Florianóplolis: Insular, 1999.

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (orgs) *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contxto, 2004.

MOURA NEVES, Maria Helena de. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCENTES, Antenor. *Dificuldades da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

NARO, Anthony Julius. *O dinamismo das línguas*. IN: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs) *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contxto, 2004.

PAIVA, Maria da Conceição de & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (org) Mudança lingüística em tempo real. Rio de Janeiro: Conta Capa, 2003.

PAIVA, Maria da Conceição de. *A Variável Gênero/Sexo*. IN: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs) *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contxto, 2004.

PALMER, F. Mood and modality. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____*Modality and the English Modals*. London: Longman, 1990.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1988. 330 fl. mimeo. Tese de doutorado em Lingüística.

_____*Gêneros e Tipos de Texto: O Caso da Carta Pessoal.* IN: *Terceira Margem*. Rio de Janeiro: ano IV, nº 4, UFRJ, Faculdade de Letras, 1996.

_____*Relevância das variáveis lingüística*. IN: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs) *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contxto, 2004.

PEREIRA, Maria Ângela B. e RONCARATI, Cláudia Nívia. O Caso do Sujeito em Orações Infinitivas introduzidas por "Para" no Português do Rio. São Paulo: Delta, V. 9, N. 1, 1993.

POPLACK, Shana. *The Notion of the Plural in Puerto Rican Spanish: Competing Constraints on /s/ Deletion*. IN: LABOV, W (ed). *Locating Language in Time and Space.* Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980.

_____Deletion and Desambiguation in Puerto Rican Spanish. Language LSA, jun, 1980b.

SANKOFF, David. Variable rules IN: AMMON, Ulrich *et alii*. (eds) Sociolinguistics – an international handbook of the science of language and society: New York, 1988.

SANTOS, Maria Joana de A. V. dos. *Os Usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkjan, 2003.

SCHERRE, Maria Marta P. *Reanálise da Concordância Nominal em Português*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, UFRJ, 1988. 2 vol. 555ff, mimeo.

SILVA, Gisele M. O.e e MACEDO, Alzira T de. *Análise Sociolingüística de Alguns Marcadores Conversacionais*. IN: *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

STEELE, Susan. *Past and Irrealis: just what does it all mean*? International Journal of Maerican Linguistics. N° IV, 1975.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. 3ª ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

THOMPSON, Sandra e HOPPER, Paul.. *Transitivity, Clause, Structure and Argument Structure: Evidence from Conversation*. IN: BYBEE, Joan e HOPPER, Paul. *Frequency and the Emergency of Linguistic Structure*. Australia/EUA: John Benjamins, 2001.

TORRENT, Tiago T. *"O Homem Vai Botar Uma Casa Para MIM Morar"- Uma Abordagem Abordagem Sociocognitivista e Diacrônica da Construção de Dativo com Infinitivo*, Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Letras, 2005, 75 fl. mimeo. Dissertação de Mestrado em Lingüística.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

TRUDGILL, Peter. *On dialect: social and geographic perspectives.* New York, New Yourk University Press, 1983.

VOTRE, Sebastião José. *A Relevância da Variável Escolaridade*. IN: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs) *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contxto, 2004.

WILLIAMS, Edwin B. Do Latim ao Português. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

WEINREICH, U. & LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change IN:LEHMANN, W & MALKIEL, Y. (eds) Directions for Historical Linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968.

ANEXO 1

FREQÜÊNCIA DE PREPOSIÇÃO + RONOME TÔNICO
AMOSTRA 80(C)

Caso \ Pessoa		1PS			2PS			3PS			1PP			2PP			3PP			TOTAL
		R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	
Preposição	Para	31	684	715	122	2	124	356	-	356	207	-	207	43	-	43	98	-	98	1543
	De	9	96	105	64	1	65	239	-	239	105	-	105	47	-	47	58	-	58	619
	por	-	25	25	3	-	3	42	-	42	7	-	7	3	-	3	15	-	15	95
	A	-	34	34	35	-	35	117	-	117	-	-	-	7	-	7	25	-	25	218
	Contra	1	-	1	1	-	1	7	-	7	-	-	-	-	-	-	3	-	3	12
	Em	-	36	36	15	-	15	153	-	153	-	-	-	-	-	-	1	-	1	205
	Sobre	-	-	-	1	-	1	5	-	5	-	-	-	-	-	-	4	-	4	10
	Com	-	-	-	70	-	70	370	-	370	56	-	56	16	-	16	94	-	94	606
	Entre	-	-	-	1	-	1	1	-	1	6	-	6	-	-	-	6	-	6	14

FREQÜÊNCIA DE PREPOSIÇÃO + PRONOME TÔNICO + INFINITIVO
AMOSTRA 80(C)

Caso \ Pessoa		1PS			2PS			3PS			1PP			2PP			3PP			TOTAL
		R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	
Preposição	Para	27	127	154	90	-	90	89	-	89	84	-	84	10	-	10	28	-	28	455
	De	43	-	43	28	-	28	16	-	16	27	-	27	4	-	4	12	-	12	130
	por	2	-	2	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-		-	-	5
	A	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	4
	Contra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sobre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Com	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2

FREQÜÊNCIA DE PREPOSIÇÃO + PRONOME TÔNICO
AMOSTRA 00(C)

Caso \ Pessoa		1PS			2PS			3PS			1PP			2PP			3PP			TOTAL
		R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	
Preposição	Para	14	228	242	115	-	115	116	-	116	48	-	48	3	-	3	-	-	-	419
	De	16	39	55	38	-	38	106	-	106	15	-	15	7	-	7	60	-	60	301
	por	1	3	4	7	-	7	22	-	22	1	-	1	-	-	-	3	-	3	37
	A	-	8	8	13	1	13	25	-	25	1	-	1	-	-	-	9	-	9	57
	Contra	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3
	Em	-	9	9	4	-	4	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	16
	Sobre	-	1	1	1	-	1	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	Com	-	-	-	31	-	31	186	-	186	12	-	12	8	-	8	32	-	32	269

FREQÜÊNCIA DE PREPOSIÇÃO + PRONOME TÔNICO + INFINITIVO
AMOSTRA 00(C)

Caso \ Pessoa		1PS			2PS			3PS			1PP			2PP			3PP			TOTAL
		R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	R	O	T	
Preposição	Para	14	41	55	55	-	55	31	-	31	18	-	18	-	-	-	-	-	-	159
	De	14	-	14	16	-	16	16	-	16	1	-	1	-	-	-	10	-	10	57
	por	1	-	1	5	-	5	5	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Contra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sobre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Com	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. *Variação e Mudança no Uso do Sujeito de Primeira Pessoa do Singular em Orações Infinitivas Iniciadas por "para" na Fala Carioca.* Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007, Dissertação de Mestrado em Lingüística.

RESUMO

Este trabalho analisa a variação e mudança no uso do pronome *mim* e sua ausência como sujeito de orações infinitivas iniciadas por "para"- para + 1PS + Infinitivo (para *mim* fazer *vs.* para *Ø* fazer) na fala informal do Rio de Janeiro. Com base nos princípios teóricos metodológicos da Sociolingüística Variacionista, foram investigados contextos lingüísticos e sociais correlacionados às variantes mim *vs.* Ø Foram constituídos dois corpora a partir das amostras Censo (constituída em torno de 1980) e Tendências (constituída em torno de 2000) pertencentes ao banco de dados do Projeto PEUL/UFRJ. Na análise em separado duas amostras foram selecionados pelo Programa Computacional Goldvarb 2001, na Amostra Censo, os fatores lingüísticos: função sintática da infinitiva, paralelismo, tipo de texto, modalidade, co-referência de sujeitos e natureza semântica do verbo da principal e os fatores sociais: idade e idade e escolaridade. Na Amostra Tendências, foram selecionados os fatores lingüísticos: função sintática da infinitiva, paralelismo e co-referência de sujeitos. Além destes foi analisado o contexto modalidade. Entre os fatores sociais, foram selecionados: idade, idade e escolaridade e, por último, escolaridade e gênero/sexo. A comparação das duas amostras revelou que os fatores lingüísticos não apresentam mudanças relevantes. Ao contrário, os fatores sociais apontam um complexo processo de mudança em andamento sob a pressão de duas normas de prestígios antagônicas.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. *Variação e Mudança no Uso do Sujeito de Primeira Pessoa do Singular em Orações Infinitivas Iniciadas por "para" na Fala Carioca.* Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007, Dissertação de Mestrado em Lingüística.

ABSTRACT

This study analyses the variation and change in the use of *mim* and its absence as the subject of non-finite clauses beginning by "para"- para + 1PS + Infinitivo (para *mim* fazer *vs.* para *Ø* fazer) in the informal language spoken in Rio de Janeiro. Based on the pcinciples of the variational sociolinguistics, linguistic and social contexts were investigated, correlated to the the variation being studied, *mim vs. Ø* Two corpora were constituted, from the samples Censo (constituted around 1980) and Tendências (constituted around 2000), both belong to the data bank of PEUL/UFRJ. In Censo, the linguistic factors were: sintatic funcition of the non-finite clause, paralelism, type of text, modality, co-reference of subjects and semantic nature of the verb. The social factors were: age and age with education. In Tendências, the linguistic selected factors were: sintatic +-function, paralelism, and co-reference of subjects. Besides all these, modality were taken into consideration. Among the social factors, age, age with education and education with gender were selected. The comparison of both samples showed that the linguistic fators do not represent changes. O the other hand, the social factors present a complex process of change under the pressure of two antagonic rules.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo